



COPEL
Mercado Livre

Copel Comercialização S.A.

CNPJ nº 19.125.927/0001-86

Subsidiária Integral da Companhia Paranaense de Energia

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO E DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

2024

www.copel.com copel@copel.com

Rua José Izidoro Biazetto, 158, Orleans - Curitiba - Paraná - Brasil - CEP 81200-240

SUMÁRIO

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO E DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO	3
MENSAGEM DO DIRETOR GERAL	4
1. A COMPANHIA	5
2. GESTÃO ESG (AMBIENTAL, SOCIAL E GOVERNANÇA)	5
3. DESEMPENHO OPERACIONAL	9
4. DESEMPENHO ECONÔMICO-FINANCEIRO	10
DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS	12
Balanços Patrimoniais	13
Demonstrações de Resultados	15
Demonstrações de Resultados Abrangentes	16
Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido	17
Demonstrações dos Fluxos de Caixa	18
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS	19
1. Contexto Operacional	19
2. Base de Preparação	19
3. Políticas Contábeis Materiais	20
4. Caixa e Equivalentes de Caixa	23
5. Clientes	24
6. Outros créditos	24
7. Tributos	25
8. Depósitos Judiciais	27
9. Obrigações Sociais e Trabalhistas	27
10. Fornecedores	27
11. Benefícios Pós-emprego	27
12. Outras contas a pagar	32
13. Provisões para Litígios e Passivo Contingente	32
14. Patrimônio Líquido	32
15. Receita Operacional	34
16. Custos e despesas operacionais	34
17. Resultado Financeiro	35
18. Instrumentos Financeiros	35
19. Transações com Partes Relacionadas	37
20. Compromissos	38
21. Seguros	38
PARECER DO CONSELHO FISCAL	39
RELATÓRIO ANUAL DO COMITÊ DE AUDITORIA ESTATUTÁRIO	40
RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE	48



RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

2024

MENSAGEM DO DIRETOR GERAL

Em 2024, a Copel Comercialização S.A. atravessou um ano desafiador tanto no ambiente externo à companhia; cenário de alta volatilidade de preços de energia, escassez de liquidez, eventos de default de crédito – quanto no ambiente interno; mudanças em sua estrutura de pessoas e processos. No entanto, foi convertido em oportunidades impulsionando a companhia para melhores práticas em diversas frentes tais como presença comercial, marketing, *backoffice* 100% digital, *trading* e estratégia comercial.

Fortalecemos nossa presença comercial no estado do Paraná e em demais regiões do Brasil a partir de uma agenda de marketing sólida e melhores práticas para atendimento dos clientes, aproveitando as sinergias dentro do Grupo Copel.

Implementamos uma reestruturação nos sistemas de contabilização e faturamento, contribuindo para uma operação mais eficiente no *backoffice* da Copel Comercialização S.A. A introdução de sistemas integrados melhorou a gestão contratual e o atendimento pós-venda, especialmente preparado para a crescente demanda do mercado varejista.

Simultaneamente, revisamos processos e remodelamos nossas operações comerciais, focando em um processo de tomada de decisão robusto de forma a mitigar os riscos inerentes ao negócio: alta volatilidade de preços, risco hidrológico, risco de crédito, entre outros, e otimizar a venda de energia do extenso portfólio de geração do grupo Copel.

Nossa estratégia reafirma nosso compromisso com a excelência e a inovação, consolidando a Copel como um pilar de liderança no setor de energia.

Rodolfo Moraes Fontes Lima

Diretor Geral

1. A COMPANHIA

Copel Comercialização S.A. (“Companhia” ou “Copel Mercado Livre”) tem a Companhia Paranaense de Energia (“Copel” ou “Controladora”) como única acionista. Foi instituída em janeiro de 2016, atuando com especialização no mercado livre de compra e venda de energia, motivada pelo movimento acelerado de migração de grandes consumidores do mercado regulado para o Ambiente de Comercialização Livre - ACL. Além de atuar no segmento de compra e venda de energia, oferece para seus clientes serviços de gestão no mercado livre de energia e certificados de energia renovável.

Com foco na abertura do mercado livre de energia e em novas oportunidades de negócio, a Copel Mercado Livre tem investido em sistemas, soluções e em seu corpo técnico para atuar neste mercado desafiador, visando ofertar produtos atraentes e aderentes aos diversos públicos com agilidade, segurança e confiabilidade.

A Companhia possui uma carteira com aproximadamente 1.529 clientes atendidos em 22 estados brasileiros, atingindo o volume de 2,7 GW médios de energia comercializados na Câmara de Comercialização de Energia Elétrica – CCEE no ano de 2024, assim, aumentando parcela de venda de comercialização do período anterior (acréscimo de 4%) .

- **Copel Mercado Livre em Números**

	2024	2023	variação %
Indicadores Contábeis			
Ativo total	1.447.083	1.824.991	(20,7)
Caixa e equivalentes de caixa	324.750	294.762	10,2
Títulos e valores mobiliários	-	1.937	(100,0)
Receita operacional bruta	4.082.834	4.676.549	(12,7)
Deduções da receita	(514.371)	(619.645)	(17,0)
Receita operacional líquida	3.568.463	4.056.904	(12,0)
Custos e despesas operacionais	(3.553.557)	(3.948.286)	(10,0)
Lucro antes do resultado financeiro e dos tributos	14.906	108.618	(86,3)
Ebitda ou Lajida (*)	16.652	110.621	(84,9)
Resultado financeiro	40.488	37.860	6,9
IRPJ/CSLL	(11.310)	(40.928)	(72,4)
Lucro operacional	55.394	146.478	(62,2)
Lucro Líquido do exercício	44.084	105.550	(58,2)
Patrimônio líquido	288.628	342.206	(15,7)
Indicadores Econômico-Financeiros			
Liquidez corrente (índice)	1,0	1,2	(16,7)
Liquidez geral (índice)	1,2	1,2	-
Margem Ebitda/Lajida (Ebitda ou Lajida/receita operacional líquida) (%)	0,5	2,7	(81,5)
Margem operacional (resultado operacional/receita operacional líquida) (%)	1,6	3,6	(55,6)
Margem líquida (Lucro Líquido/receita operacional líquida) (%)	1,2	2,6	(53,8)
Participação de capital de terceiros (%)	80,1	81,2	(1,4)
Rentabilidade do patrimônio líquido (Lucro Líquido/patrimônio líquido inicial) (%)	12,9	25,2	(48,8)

(*) "Earnings before interest, taxes, depreciation and amortization" ou "Lucros antes de juros, impostos, depreciação e amortização".

2. GESTÃO ESG (AMBIENTAL, SOCIAL E GOVERNANÇA)

A Copel realiza a gestão da agenda de sustentabilidade por meio de diversas áreas dedicadas às temáticas relacionadas à ESG. A Holding determina as diretrizes corporativas e as dissemina por meio de políticas e normas que permeiam todas as áreas da Companhia. Maiores informações sobre Gestão ESG podem ser encontradas no Relatório de Administração da Copel.

2.1. Governança Corporativa

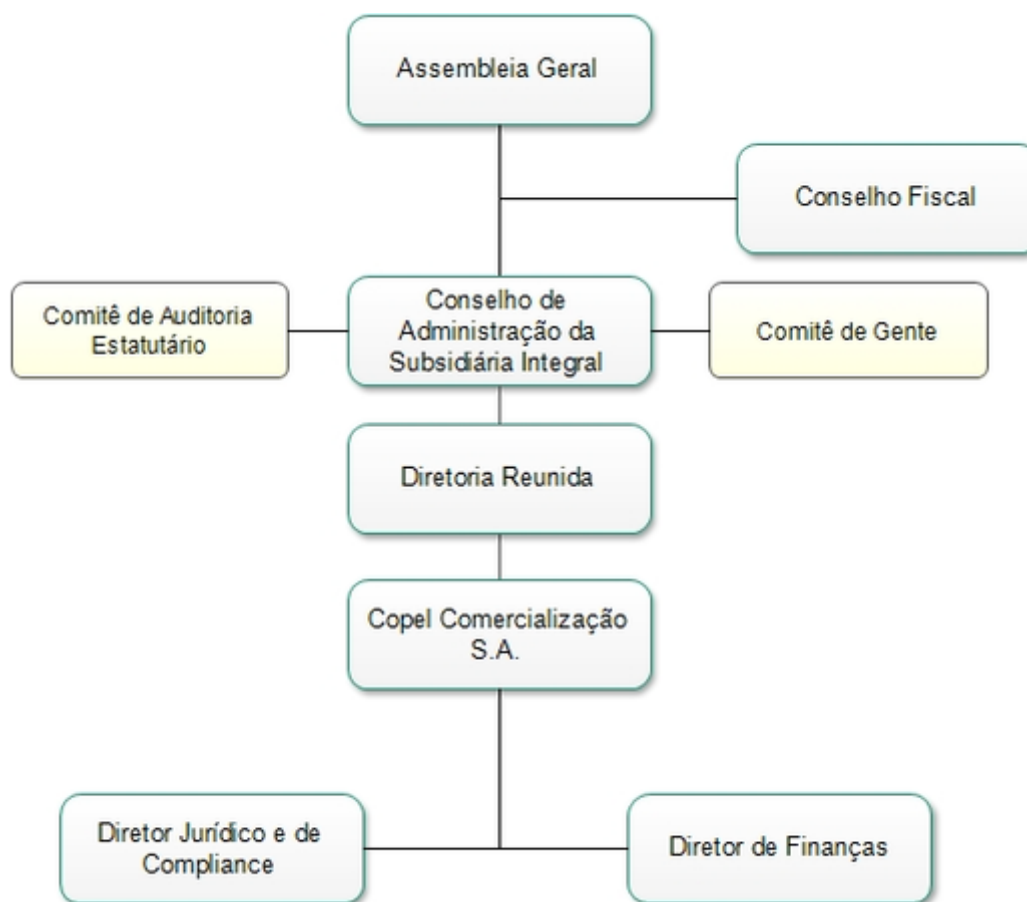
A Copel Mercado Livre segue as diretrizes de sua controladora nas questões de Governança Corporativa. A Copel é uma companhia de capital aberto, dotada de personalidade jurídica de direito privado, cujas ações são negociadas nas bolsas de valores de São Paulo (B3), Nova Iorque (NYSE) e Madri (Latibex) – que demanda um robusto sistema de governança para assegurar que o desempenho dos administradores e o planejamento estratégico está alinhado aos interesses da Companhia e suas partes interessadas.

Na B3, a Copel integra o Nível 2 de governança desde 2021. Seu sistema também adota o Código de Melhores Práticas de Governança para Companhias Abertas, do Instituto Brasileiro de Governança Corporativa - IBGC, e responde aos critérios da *Securities and Exchange Commission* - SEC, da bolsa norte-americana e dispositivos legais e regulatórios brasileiros.

Após sua transformação em companhia de capital disperso e sem acionista controlador (“Corporação”), a controladora deu continuidade à adoção de uma série de mecanismos para fortalecer sua estrutura de governança corporativa, aperfeiçoando seus instrumentos e buscando manter uma estrutura robusta que acompanha a evolução das práticas de mercado.

2.1.1. Estrutura de Governança

A estrutura de governança da Companhia é a demonstrada a seguir:



Assembleia geral

É o fórum no qual o acionista tem poder para decidir todos os negócios relativos ao objeto da Companhia e tomar as resoluções consideradas convenientes à sua defesa e desenvolvimento.

Conselho Fiscal

Órgão permanente que analisa e opina sobre as demonstrações financeiras e fiscaliza os atos dos administradores.

CONSELHO FISCAL	
Presidente	Demetrius Nichele Macei
Conselheiro	Francisco Olinto Velo Schmitt
Conselheiro	Filipe Bordalo di Luccio
Conselheiro - suplente	José Paulo da Silva Filho
Conselheiro - suplente	Kuno Dietmar Frank
Conselheiro - suplente	Patrícia da Silva Barros

Conselho de Administração – CAD

Órgão deliberativo responsável por fixar a orientação geral dos negócios, em conformidade com as competências estabelecidas no Estatuto Social da Copel e em Regimento Interno.

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO	
Presidente	Daniel Pimentel Slaviero
Membro	Rodolfo Moraes Fontes Lima
Membro	Diogo Mac Cord de Faria
Membro	Fernando Mano da Silva
Membro	Marco Antonio Villela de Abreu

Comitê de Auditoria Estatutário

Tem como atribuições principais fiscalização, revisão, supervisão, acompanhamento e, quando cabível, apresentação de recomendações sobre atividades da Companhia. Também é responsável pela emissão de relatórios semestral e anual, devendo o resumo do Relatório do Comitê de Auditoria, elaborado ao final do exercício, ser publicado em conjunto com as demonstrações financeiras.

COMITÊ DE AUDITORIA ESTATUTÁRIO	
Coordenador e membro especialista financeiro	Carlos Biedermann
Membro	Pedro Franco Sales
Membro externo	Luiz Claudio Maia Vieira

Diretoria Reunida

Órgão colegiado responsável pelas funções executivas, com atribuição de representar a Companhia, de acordo com atribuições e deveres estabelecidos no Estatuto Social e Regimento Interno.

DIRETORIA	
Diretor Geral	Rodolfo Moraes Fontes Lima
Diretor de Finanças	Felipe Gutterres Ramella
Diretor Jurídico e de Compliance	Yuri Müller Ledra

2.2. Auditoria Externa

Nos termos estabelecidos por norma interna de Governança Corporativa e sob a revisão e supervisão do Comitê de Auditoria Estatutário, a Companhia possui contrato com PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes - PwC para a prestação de serviços de auditoria independente de suas demonstrações financeiras até o fim do exercício social de 2028. A PwC iniciou suas atividades a partir do exercício de 2024.

A Companhia troca a empresa responsável pela auditoria de suas demonstrações financeiras seguindo o critério de rodízio dos auditores independentes, conforme a Resolução CVM nº 23/2021.

Ao contratar outros serviços de seus auditores externos, a prática da Companhia prevê a análise prévia pelo Comitê de Auditoria do Conselho de Administração, que deve considerar nesta avaliação se um relacionamento ou serviço prestado por auditor independente: (a) cria interesses conflitantes com o seu cliente de auditoria; (b) coloca-os na posição de auditar o seu próprio trabalho; (c) resulta em atuação em função de gestor ou como empregado do cliente de auditoria; ou (d) coloca-os em posição de advogado para o cliente da auditoria.

O Comitê de Auditoria Estatutário considera ainda, neste tipo de avaliação, se qualquer serviço prestado pela empresa de auditoria independente pode prejudicar, de fato ou aparentemente, a independência da firma. Sempre que necessário, o Comitê de Auditoria Estatutário pode contar com o apoio técnico da Auditoria Interna, ou de consultoria independente, para avaliação técnica que pode ser requerida em cada caso concreto, sendo registradas em atas de reuniões deste colegiado as discussões sobre contratações de outros serviços do auditor independente.

2.3. Dimensão Social

A Política de Sustentabilidade da Copel Mercado Livre define diretrizes para prevenir, mitigar e reparar violações, garantindo ambientes de trabalho dignos, inclusivos e livres de desigualdades. A uniformização de parâmetros de monitoramento e avaliação, iniciada em 2022, inclui a implementação de processos de devida diligência para fornecedores e o levantamento de temas prioritários relacionados aos direitos humanos, em colaboração com diferentes áreas da Companhia.

Esse processo considera indicadores como saúde e segurança no trabalho, registros do Canal de Denúncias e outras informações para mapear práticas existentes e identificar oportunidades de melhoria. Em 2023 e 2024, a Copel realizou capacitações sobre direitos humanos para áreas-chave, abordando temas como impactos na cadeia de valor, ações de monitoramento e prevenção, além de avanços no processo de diligência corporativa. Em 2024, encerrando a Semana Integrada de ESG, foi lançado o Curso de Direitos Humanos – edição 2024, voltado ao aprofundamento de temas cruciais para a promoção de uma cultura de respeito, inclusão e responsabilidade social. A Política de Sustentabilidade na íntegra pode ser acessada no [Portal de sustentabilidade](#).

2.3.1. Gestão de Pessoas

A Política Gestão de Pessoas - Recursos Humanos da Copel Mercado Livre reconhece que os empregados são o principal valor da Companhia e estabelece princípios e diretrizes visando o desenvolvimento, valorização, manutenção da saúde, segurança e qualidade de vida das pessoas. Esta política está alinhada às melhores práticas de mercado e serve de base para a tomada de decisão e implantação de programas e ações, de acordo com o planejamento estratégico corporativo.

A relação de trabalho com os empregados é conduzida com base nos valores da Copel (ética, respeito às pessoas, dedicação, transparência, segurança e saúde, responsabilidade e inovação) e no respeito aos preceitos universais, constitucionais e legais.

Com a transformação em corporação em 11.08.2023, a Copel deixou de ter obrigações impostas às empresas de economia mista e alguns aspectos trabalhistas ganharam maior flexibilidade, como, por exemplo, a possibilidade de aproveitamento do quadro interno, uma vez que a transposição entre carreiras agora é permitida, facilitando assim a mobilidade dos profissionais.

A Copel Mercado Livre possuía 39 empregados no quadro próprio em 31.12.2024 e 41 em 31.12.2023. A taxa de rotatividade foi de 13,4% em 2024.

2.3.2. Fornecedores

A Copel reafirma seu compromisso com a promoção de uma cadeia de suprimentos pautada em valores éticos e sustentáveis, incentivando a adoção dos Princípios do Pacto Global das Nações Unidas por parte de seus fornecedores e parceiros de negócios. Esses princípios, alinhados às áreas de direitos humanos, condições de trabalho, meio ambiente e combate à corrupção, orientam as práticas da companhia e fortalecem sua atuação responsável em todos os níveis de operação. Como parte desse compromisso, o Código de Conduta para Fornecedores da Copel desempenha um papel central, tendo sido concebido para garantir que todos aqueles que possuam algum tipo de relacionamento com a Copel compartilhem dos mesmos valores que norteiam a gestão corporativa da Companhia.

2.4. Dimensão Ambiental

O comprometimento da Copel Mercado Livre com o desenvolvimento sustentável está intrinsecamente relacionado ao dia a dia de suas atividades. A Companhia atua para atingir a ecoeficiência, preservar a biodiversidade e reduzir as emissões de gases de efeito estufa (GEE). Adicionalmente, transmite para clientes e fornecedores seus princípios de boa gestão ambiental.

As diretrizes para essa atuação estão na Política de Sustentabilidade, que aborda em seus diversos capítulos os temas Ambiental, Biodiversidade, Direitos Humanos, Engajamento com Partes Interessadas, Investimento Social Privado e Mudança do Clima, é base para outras normas internas de Gestão de Resíduos, de Gestão dos Efeitos de Mudança do Clima, entre outras.

3. DESEMPENHO OPERACIONAL

3.1. Análise macroeconômica

O cenário macroeconômico brasileiro em 2024 foi marcado por um crescimento do Produto Interno Bruto (PIB) estimado na ordem de 3,5%, superando as expectativas iniciais de 1,59%. Esse desempenho acima do esperado foi impulsionado pela demanda doméstica robusta e pelo aumento do consumo das famílias, beneficiado pela expansão do crédito e pela resiliência do mercado de trabalho.

Os sinais positivos no mercado de trabalho vêm da taxa de desemprego que atingiu mínimas históricas, com recordes associados à elevação da população ocupada, tanto em empregos formais quanto informais, e aumento da massa de rendimentos real habitual.

Por outro lado, a inflação encerrou o ano acima do teto da meta do Banco Central, em 4,83%, cujo centro era 3%, com tolerância de $\pm 1,5$ ponto, resultado da pressão sobre os preços dos alimentos e serviços, dentre outros fatores. Esse cenário exigiu uma política monetária mais restritiva retomando o ciclo de aumento dos juros, com a taxa Selic encerrando o ano em dois dígitos.

No campo fiscal, a aprovação do novo arcabouço fiscal trouxe desafios adicionais. A capacidade do Governo Federal de elevar a arrecadação tornou-se crucial para a equalização das contas públicas, mas a execução dessas medidas enfrentou incertezas significativas. A percepção de risco fiscal aumentou, afetando a confiança dos investidores refletindo na desvalorização do real e na volatilidade dos mercados financeiros.

No cenário estadual, o Paraná se consolidou como a quarta maior economia do Brasil. Segundo o Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social - IparDES, órgão de pesquisa e estatística do Governo do Paraná, a economia estadual cresceu 2,42% de janeiro até setembro de 2024, impulsionado principalmente pelos setores de serviços, comércio e indústria. No entanto, a produção agrícola enfrentou algumas dificuldades devido a instabilidades climáticas, resultando na redução da safra, sobretudo, das culturas de trigo e milho. Além disso, assim como no cenário nacional, o mercado de trabalho apresentou resultados positivos, com a taxa de desemprego caindo para 4%, o terceiro menor índice da série histórica do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE.

3.2. Ambiente regulatório

O ano de 2024 foi marcado por eventos climáticos extremos, caso das enchentes no Rio Grande do Sul, dos temporais e apagões em São Paulo e da estiagem severa que afetou o país e ameaçou a geração hidrelétrica, especialmente nas regiões sudeste, centro-oeste e norte do país, esta última registrando mínimas históricas, situação que exigiu a adoção de medidas preventivas pelo Operador Nacional do Sistema Elétrico - ONS e de outros entes do setor elétrico, para preservação dos reservatórios estratégicos do Sistema Interligado Nacional - SIN e ao mesmo tempo manter o pleno atendimento das demandas da sociedade, o que permitiu encerrar 2024 com níveis de reservatório em torno de 52%, condição de armazenamento adequada para atendimento do Sistema, segundo o ONS.

O ano também foi marcado pela expansão do mercado livre de energia, pela consolidação da geração descentralizada com o aumento da participação da Micro e Mini Geração Distribuída - MMGD e de questões relacionadas à segurança, flexibilidade e sustentabilidade de longo prazo do setor elétrico nacional devido ao peso cada vez maior de fontes renováveis de origem eólica e solar na matriz elétrica brasileira, uma realidade que tem gerado importantes desafios na gestão e operação do SIN.

Com o advento da Portaria MME nº 50/2022, que flexibilizou, a partir de 1º de janeiro de 2024, o porte dos consumidores elegíveis a escolher livremente seu fornecedor de energia, o ano de 2024 foi marcado por um expressivo aumento no número de processos de migração de consumidores cativos para o ambiente de livre contratação. Segundo a Associação Brasileira dos Comercializadores de Energia - Abraceel, em 2024 mais de 22 mil unidades consumidoras migraram para o mercado livre, aumento de 58% em relação ao ano anterior, atingindo a marca de 60 mil unidades consumidoras, que representam cerca de 40% do consumo de energia elétrica do país.

Em 2024, foram destaques as seguintes resoluções normativas da Aneel relacionadas à comercialização de energia:

- Em abril de 2024, a Aneel promoveu alterações nas Regras e Procedimentos de Comercialização de Energia Elétrica por meio da Resolução Normativa nº 1.087/2024, aprovando as revisões dos Módulos 11, 18 e 20 das Regras de Comercialização, bem como das revisões dos Submódulos 1.3 e 7.1 dos Procedimentos de Comercialização em face das disposições sobre a Câmara de Comercialização de Energia Elétrica regulamentadas pelo Decreto nº 11.835, de 2023;

- Ainda em abril de 2024, a Resolução Normativa nº 1.089/2024, atualizando as Regras de Comercialização de Energia Elétrica aplicáveis ao Sistema de Contabilização e Liquidação, em razão do fechamento da Consulta Pública nº 28/2021, instituída com vistas a colher subsídios para a proposta de alteração das Regras de Comercialização vinculadas à caracterização e à alocação de custos do deslocamento hidráulico motivado por geração termelétrica inflexível;
- Em maio de 2024, a Resolução Normativa nº 1.090/2024, alterando a metodologia do cálculo da penalidade por insuficiência de lastro para venda e para cobertura contratual de consumo de energia elétrica, a vigorar a partir de 1º de janeiro de 2025;
- Em outubro de 2024, a Resolução Normativa nº 1.104/2024, aprovando as revisões dos Procedimentos de Rede, das Regras e Procedimentos de Comercialização;
- Em outubro de 2024, o MME publicou a Portaria Normativa GM/MME nº 87/2024, com as diretrizes de importação de energia elétrica do Paraguai em contratos firmes, para negociação no Ambiente de Contratação Livre (ACL). A proposta referente a importação de energia com lastro foi disponibilizada em Consulta Pública (CP nº 174/2024); e
- Em dezembro de 2024, foi publicada a Resolução Normativa nº 1.110/2024, contemplando alterações para regulamentação e operacionalização da comercialização varejista, aprovando as Regras de Comercialização de Energia Elétrica aplicáveis ao Sistema de Contabilização e Liquidação - SCL, os Procedimentos de Comercialização de Energia Elétrica, bem como ajustes em Resoluções Normativas relacionadas.

Destacou-se em 2024 a Tomada de subsídios nº 14/2024 para avaliar possíveis medidas com vistas a aprimorar o arcabouço regulatório, o monitoramento e a fiscalização dos temas que envolvem aspectos concorrenciais no âmbito da comercialização no mercado varejista de energia elétrica.

Referente aos leilões do ambiente regulado, destaca-se a participação, e posterior habilitação, da Copel Mercado Livre no Leilão nº 3/2024-Aneel (LEE A-1 de 2024), negociando 50 MW médios com as distribuidoras, em contrato de suprimento de 2 anos, para o período 2025-2026.

4. DESEMPENHO ECONÔMICO-FINANCEIRO

4.1. Receita Operacional Líquida

	2024	2023	Variação	
			R\$	%
Fornecimento de energia elétrica	1.902,2	2.284,3	(382,1)	(16,7)
Suprimento de energia elétrica	1.663,0	1.761,2	(98,2)	(5,6)
Valor justo compra e venda de energia	-	5,0	(5,0)	(100,0)
Outras receitas operacionais	3,3	6,4	(3,1)	(48,6)
	3.568,5	4.056,9	(488,4)	(12,0)

A variação na Receita Operacional Líquida decorre principalmente de:

- 1) redução da receita de **Fornecimento de energia elétrica** em função da redução de mercado e dos preços médios;
- 2) redução na receita de **Suprimento de Energia Elétrica**, sobretudo, pelo menor preço médio de energia vendida, apesar de incremento no mercado.

4.2. Custos e Despesas Operacionais

	2024	2023	Variação	
			R\$	%
Energia elétrica comprada para revenda	3.488,1	3.908,5	(420,4)	(10,8)
Valor justo compra e venda de energia	36,6	-	36,6	-
Pessoal e administradores	14,5	21,1	(6,7)	(31,3)
Planos previdenciário e assistencial	1,7	1,9	(0,1)	(10,5)
Material	0,1	0,1	-	-
Serviços de terceiros	4,6	3,4	1,2	35,3
Depreciação e amortização	1,7	2,0	(0,3)	(15,0)
Reversão de provisão para litígios	(0,2)	0,2	(0,4)	(200,0)
Perdas de créditos esperadas	1,0	3,7	(2,7)	(73,0)
Outros custos e despesas operacionais, líquidos	5,4	7,4	(2,0)	(27,0)
	3.553,6	3.948,3	(394,7)	(10,0)

A variação nos custos e despesas operacionais decorre principalmente de:

- 1) redução em **Energia elétrica comprada para revenda** em função do menor preço médio, parcialmente compensada pelo resultado no Mercado de Curto Prazo, impactado negativamente em função da volatilidade do PLD horário e de sua variação entre submercados, causadas especialmente pelo aumento da geração a partir de fontes intermitentes e do atraso na entrada em operação de linhas de transmissão;
- 2) incremento no **Valor justo de compra e venda de energia** (marcação a mercado) - montante apurado pela diferença entre o preço contratado e o preço de mercado futuro estimado pela Companhia; e
- 3) redução em **Pessoal e Administradores**, refletindo principalmente a indenização do segundo terço adicional de férias para retirada do benefício do Acordo Coletivo de Trabalho (ACT), de R\$ 2,2 milhões, e o provisionamento do Programa de Demissão Voluntária (PDV) de R\$ 5,4 milhões, ambos em 2023, além da redução do quadro em 2024. Estes valores foram compensados pelo acréscimo dos honorários dos administradores em 2024 e pela atualização salarial decorrente do acordo coletivo do trabalho de 4,51% em outubro de 2023.

4.3. EBITDA ou LAJIDA

O lucro antes dos juros, imposto de renda, depreciação e amortização - Lajida (earnings before interest, taxes, depreciation and amortization - Ebitda) é uma medição não contábil elaborada pela Companhia que não deve ser considerado isoladamente ou como um substituto de lucro líquido ou lucro operacional, como um indicador de desempenho operacional ou fluxo de caixa ou para medir a liquidez ou a capacidade de pagamento da dívida.

Em R\$ milhões	2024	2023
Lucro líquido	44,1	105,6
IRPJ e CSLL diferidos	(7,8)	10,5
IRPJ e CSLL	19,1	30,4
Despesas (receitas) financeiras, líquidas	(40,5)	(37,9)
Lajir/Ebit	14,9	108,6
Depreciação e Amortização	1,7	2,0
Lajida/Ebitda	16,6	110,6
Receita Operacional Líquida - ROL	3.568,5	4.056,9
Margem do Ebitda% (Ebitda ÷ ROL)	0,5%	2,7%

4.4. Resultado Financeiro

O resultado financeiro apresentou acréscimo de R\$ 2,6 milhões devido, principalmente, ao aumento do rendimento de aplicações decorrente do maior volume dos valores aplicados e ao aumento em acréscimos moratórios sobre faturas.

4.5. Lucro Líquido

Em 2024, o lucro líquido foi de R\$ 44,1 milhões, sendo 58,2% inferior ao obtido no exercício anterior, de R\$ 105,6 milhões. A redução decorre da variação do EBITDA e do resultado financeiro, já detalhados, além das variações no Imposto de renda e Contribuição social em razão, principalmente, da redução do resultado do exercício.



DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

2024

Balanços Patrimoniais

em 31 de dezembro de 2024 e de 2023
 em milhares de reais

ATIVO	NE nº	31.12.2024	31.12.2023
CIRCULANTE			
Caixa e equivalentes de caixa	4	324.750	294.762
Clientes	5	348.795	382.264
Valor justo na compra e venda de energia	18.2.3	217.350	379.261
Outros créditos	6	8.561	3.982
Imposto de renda e contribuição social		13.387	13.516
Outros tributos a recuperar	7.2	2.990	333
Despesas antecipadas		216	241
		916.049	1.074.359
NÃO CIRCULANTE			
Realizável a Longo Prazo			
Títulos e valores mobiliários		-	1.937
Depósitos judiciais	8	16.933	15.647
Valor justo na compra e venda de energia	18.2.3	479.938	722.423
Imposto de renda e contribuição social		22.780	71
Outros tributos a recuperar	7.2	776	36
		520.427	740.114
Imobilizado		702	771
Intangível		5.731	5.784
Direito de uso de ativos		4.174	3.963
		531.034	750.632
TOTAL DO ATIVO		1.447.083	1.824.991

As notas explicativas - NE são parte integrante das demonstrações financeiras.

Balancos Patrimoniais

em 31 de dezembro de 2024 e de 2023 (continuação)
em milhares de reais

PASSIVO	NE nº	31.12.2024	31.12.2023
CIRCULANTE			
Obrigações sociais e trabalhistas	9	4.447	8.736
Partes relacionadas	19	368	379
Fornecedores	10	350.946	381.520
Outras obrigações fiscais	7.2	10.462	19.509
Dividendos a pagar		280.873	185.341
Benefícios pós-emprego	11	126	125
Passivo de arrendamentos		180	137
Valor justo na compra e venda de energia	18.2.3	214.955	321.646
Outras contas a pagar	12	15.945	14.845
		878.302	932.238
NÃO CIRCULANTE			
Imposto de renda e contribuição social diferidos	7.1	102.398	109.736
Outras obrigações fiscais	7.2	-	534
Benefícios pós-emprego	11	2.342	3.555
Passivo de arrendamentos		4.311	4.022
Valor justo na compra e venda de energia	18.2.3	170.837	431.938
Provisões para litígios	13	265	762
		280.153	550.547
PATRIMÔNIO LÍQUIDO			
Atribuível aos acionistas da empresa controladora			
Capital social	14.1	237.210	237.210
Ajustes de avaliação patrimonial	14.2	(137)	(1.097)
Reserva legal	14.3	30.275	28.071
Reserva de lucros a realizar		-	4.377
Dividendo adicional proposto	14.4	21.280	73.645
		288.628	342.206
TOTAL DO PASSIVO		1.447.083	1.824.991

As notas explicativas - NE são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações de Resultados

para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e de 2023
em milhares de reais

	NE nº	31.12.2024	31.12.2023
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	15	3.568.463	4.056.904
Custos Operacionais	16	(3.534.904)	(3.925.475)
LUCRO OPERACIONAL BRUTO		33.559	131.429
Outras Receitas (Despesas) Operacionais			
Despesas com vendas	16	(959)	(3.695)
Despesas gerais e administrativas	16	(16.770)	(17.597)
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	16	(924)	(1.519)
		(18.653)	(22.811)
LUCRO ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO E DOS TRIBUTOS		14.906	108.618
Resultado Financeiro	17		
Receitas financeiras		40.813	38.577
Despesas financeiras		(325)	(717)
		40.488	37.860
LUCRO OPERACIONAL		55.394	146.478
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL	7.3		
Imposto de renda e contribuição social		(19.143)	(30.418)
Imposto de renda e contribuição social diferidos		7.833	(10.510)
		(11.310)	(40.928)
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO		44.084	105.550
LUCRO LÍQUIDO BÁSICO E DILUÍDO POR AÇÃO ATRIBUÍDO AO ACIONISTA DA EMPRESA CONTROLADORA - em reais	14.5		
Ações ordinárias		0,18584	0,44496

As notas explicativas - NE são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações de Resultados Abrangentes

para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e de 2023
em milhares de reais

	NE nº	31.12.2024	31.12.2023
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO		44.084	105.550
Outros resultados abrangentes			
Itens que não serão reclassificados para o resultado	14.2		
Ganhos com passivos atuariais			
Benefícios pós-emprego		1.455	25
Tributos sobre outros resultados abrangentes		(495)	(9)
Total de outros resultados abrangentes, líquido de tributos		960	16
RESULTADO ABRANGENTE DO EXERCÍCIO		45.044	105.566

As notas explicativas - NE são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido

para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e de 2023
em milhares de reais

	NE nº	Capital social	Ajustes de avaliação patrimonial	Reservas de lucros				Lucros acumulados	Total
				Reserva legal	Reserva de lucros a realizar	Reserva de retenção de lucros	Dividendo adicional proposto		
Saldo em 1º de janeiro de 2023		237.210	(1.113)	22.794	21.250	102.684	35.957	-	418.782
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	-	-	105.550	105.550
Outros resultados abrangentes									
Perdas atuariais, líquidas de tributos	14.2	-	16	-	-	-	-	-	16
Resultado abrangente total do exercício		-	16	-	-	-	-	105.550	105.566
Deliberação do dividendo adicional proposto							(35.957)	-	(35.957)
Realização de reservas	14.3	-	-	-	(16.873)	-	-	16.873	-
Dividendos	14.3	-	-	-	-	-	-	(16.873)	(16.873)
Dividendos e Juros sobre o capital próprio		-	-	-	-	(102.684)	-	-	(102.684)
Destinação proposta à A.G.O.:									
Reserva legal	14.3	-	-	5.277	-	-	-	(5.277)	-
Dividendos e Juros sobre o capital próprio	14.4	-	-	-	-	-	-	(26.628)	(26.628)
Dividendo adicional proposto	14.4	-	-	-	-	-	73.645	(73.645)	-
Reserva de retenção de lucros		-	-	-	-	-	-	-	-
Saldo em 31 de dezembro de 2023		237.210	(1.097)	28.071	4.377	-	73.645	-	342.206
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	-	-	44.084	44.084
Outros resultados abrangentes									
Ganhos atuariais, líquidos de tributos	14.2	-	960	-	-	-	-	-	960
Resultado abrangente total do exercício		-	960	-	-	-	-	44.084	45.044
Deliberação do dividendo adicional proposto		-	-	-	-	-	(73.645)	-	(73.645)
Realização de reservas	14.3	-	-	-	(4.377)	-	-	4.377	-
Dividendos	14.3	-	-	-	-	-	-	(4.377)	(4.377)
Dividendos e Juros sobre o capital próprio	14.4	-	-	-	-	-	-	-	-
Destinação proposta à A.G.O.:									
Reserva legal	14.3	-	-	2.204	-	-	-	(2.204)	-
Dividendos e Juros sobre o capital próprio	14.4	-	-	-	-	-	-	(20.600)	(20.600)
Dividendo adicional proposto	14.4	-	-	-	-	-	21.280	(21.280)	-
Saldo em 31 de dezembro de 2024		237.210	(137)	30.275	-	-	21.280	-	288.628

As notas explicativas - NE são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações dos Fluxos de Caixa

para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e de 2023
em milhares de reais

	NE nº	31.12.2024	31.12.2023
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS			
Lucro líquido do exercício		44.084	105.550
Ajustes para a reconciliação do Lucro líquido do exercício com a geração de caixa das atividades operacionais			
Encargos e variações monetárias não realizadas - líquidas		(1.858)	(1.266)
Imposto de renda e contribuição social	7.3	19.143	30.418
Imposto de renda e contribuição social diferidos	7.3	(7.833)	10.510
Apropriação de obrigações de benefícios pós emprego	11.3	1.602	1.913
Valor justo nas operações de compra e venda de energia		36.604	(5.047)
Depreciação e amortização	16	1.767	2.002
Provisão decorrente do programa de demissão voluntária	16.1	169	5.397
Perdas estimadas, provisões e reversões operacionais líquidas	16	780	4.166
Resultado das baixas de intangível		14	-
		94.472	153.643
Redução (aumento) dos ativos			
Clientes		32.510	89.211
Depósitos judiciais		(350)	(45)
Outros créditos		(4.579)	561
Imposto de renda e contribuição social a recuperar		(21.359)	(9.578)
Outros tributos a recuperar		(3.396)	47
Despesas antecipadas		25	761
		2.851	80.957
Aumento (redução) dos passivos			
Obrigações sociais e trabalhistas		(4.458)	752
Partes relacionadas		(11)	1
Fornecedores		(30.574)	(79.436)
Outras obrigações fiscais		(12.671)	(1.892)
Benefícios pós-emprego	11.3	(1.359)	(1.585)
Outras contas a pagar		1.100	(4.999)
Provisões para litígios quitadas		(187)	(291)
		(48.160)	(87.450)
CAIXA GERADO PELAS ATIVIDADES OPERACIONAIS		49.163	147.150
Imposto de renda e contribuição social pagos		(19.143)	(35.029)
Encargos de passivo de arrendamentos pagos		(431)	(293)
CAIXA LÍQUIDO GERADO PELAS ATIVIDADES OPERACIONAIS		29.589	111.828
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO			
Aplicações financeiras		1.937	(249)
Aquisições de imobilizado		(18)	(302)
Aquisições de intangível		(1.319)	(1.280)
CAIXA LÍQUIDO GERADO (UTILIZADO) PELAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO		600	(1.831)
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO			
Amortizações de principal de passivo de arrendamentos		(201)	(144)
Dividendos e juros sobre o capital próprio pagos		-	(32.827)
CAIXA LÍQUIDO UTILIZADO PELAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO		(201)	(32.971)
TOTAL DOS EFEITOS NO CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA		29.988	77.026
Saldo inicial de caixa e equivalentes de caixa	4	294.762	217.736
Saldo final de caixa e equivalentes de caixa	4	324.750	294.762
VARIAÇÃO NO CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA		29.988	77.026

As notas explicativas - NE são parte integrante das demonstrações financeiras.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

em 31 de dezembro de 2024
em milhares de reais

1. Contexto Operacional

A Copel Comercialização S.A., (“Companhia” ou “Copel Mercado Livre”), com sede na rua José Izidoro Biazzetto, 158, Curitiba, Estado do Paraná, é sociedade anônima de capital fechado, subsidiária integral da Companhia Paranaense de Energia (Copel ou Controladora), e que tem por objeto social a comercialização de energia elétrica convencional e incentivada, gás natural e prestação de serviços correlatos.

A Companhia é autorizada a atuar como Agente Comercializador de Energia Elétrica no âmbito da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica – CCEE pelo Despacho Aneel nº 935/2016, e como Agente de Comércio Exterior, Comercializador, Carregador e Vendedor de Gás Natural por meio das Autorizações nº 518/2019, 600/2019 e 380/2020 e Despacho nº 667/2019 da Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis – ANP.

2. Base de Preparação

2.1. Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil incluindo os pronunciamentos, interpretações e orientações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e as normas internacionais de relatório financeiro (*International Financial Reporting Standards* (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB)), atualmente denominadas pela Fundação IFRS como “normas contábeis IFRS” (*IFRS® Accounting Standards*), incluindo as interpretações emitidas pelo *IFRS Interpretations Committee* (*IFRIC® Interpretations*) ou pelo seu órgão antecessor, *Standing Interpretations Committee* (*SIC® Interpretations*) e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela administração na sua gestão.

A emissão destas demonstrações financeiras foi autorizada pelo Conselho de Administração em 27.02.2025.

2.2. Base de mensuração

As demonstrações financeiras foram elaboradas com base no custo histórico, com exceção de determinados instrumentos financeiros, conforme descrito nas respectivas práticas contábeis e notas explicativas.

2.3. Moeda funcional e de apresentação

As demonstrações financeiras são apresentadas em real, que é a moeda funcional da Companhia e arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

2.4. Estimativas e julgamentos

Na preparação destas demonstrações financeiras, a Administração utilizou julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas, as quais são revisadas de forma contínua. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente. As áreas que requerem maior nível de julgamento e tem maior complexidade, bem como aquelas nas quais as premissas e estimativas são significativas para as demonstrações financeiras são as seguintes:

- NEs nºs 3.4 e 13 - Provisões para litígios e passivos contingentes: estimativa de perdas em processos judiciais;
- NEs nºs 3.6 e 18.2.3 - Instrumentos financeiros derivativos: marcação a mercado dos contratos de compra e venda de energia;
- NEs nºs 3.7 e 7.1 - Imposto de renda e contribuição social diferidos: previsão de lucros tributáveis futuros; e
- NEs nºs 3.8 e 11 - Benefícios Pós-emprego: premissas atuariais para avaliação dos planos previdenciários e assistenciais.

2.5. Continuidade Operacional

A Administração concluiu não haver incertezas materiais que coloquem em dúvida a continuidade da Companhia. Há expectativa razoável de que a Companhia possui recursos adequados para sua continuidade operacional no futuro próximo e não foram identificados eventos ou condições que, individual ou coletivamente, possam levantar dúvidas significativas quanto à capacidade de manter sua continuidade operacional. A Companhia conta com suporte financeiro de sua controladora.

3. Políticas Contábeis Materiais

As principais políticas contábeis materiais utilizadas na preparação dessas demonstrações financeiras são apresentadas a seguir. Essas políticas foram aplicadas de modo consistente nos exercícios apresentados.

3.1. Instrumentos financeiros

Os instrumentos financeiros são reconhecidos imediatamente na data de negociação, ou seja, na concretização do surgimento da obrigação ou do direito. São inicialmente registrados pelo valor justo, a menos que seja um contas a receber de clientes sem um componente de financiamento significativo, acrescido, para um item não mensurado ao valor justo por meio do resultado, quaisquer custos de transação diretamente atribuíveis. Um contas a receber de clientes sem um componente significativo de financiamento é mensurado inicialmente ao preço da operação.

Os valores justos são apurados com base em cotação no mercado, para os instrumentos financeiros com mercado ativo, e pelo método do valor presente de fluxos de caixa esperados, para aqueles que não tem cotação disponível no mercado.

Depois do reconhecimento inicial os ativos financeiros somente são reclassificados se a Companhia mudar o modelo de negócios para a gestão de ativos financeiros e esta reclassificação ocorre de forma prospectiva.

Os instrumentos financeiros da Companhia são classificados e mensurados conforme descrito a seguir.

3.1.1. Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado

Compreendem ativos financeiros mantidos para negociação, ativos financeiros designados no reconhecimento inicial ao valor justo por meio do resultado ou ativos financeiros a serem obrigatoriamente mensurados ao valor justo. Ativos financeiros são classificados como mantidos para negociação se forem adquiridos com o objetivo de venda ou recompra no curto prazo. Ativos financeiros com fluxos de caixa que não sejam exclusivamente pagamentos do principal e juros são classificados e mensurados ao valor justo por meio do resultado, independentemente do modelo de negócios. Após o reconhecimento inicial, os custos de transação e os juros atribuíveis, quando incorridos, são reconhecidos no resultado.

3.1.2. Ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado

São assim classificados e mensurados quando: (i) o ativo financeiro for mantido dentro de modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros com o fim de receber fluxos de caixa contratuais; e (ii) os termos contratuais do ativo financeiro derem origem, em datas especificadas, a fluxos de caixa que constituam, exclusivamente, pagamentos de principal e juros sobre o valor do principal em aberto.

3.1.3. Passivos financeiros mensurados ao custo amortizado

Os passivos financeiros são mensurados pelo custo amortizado, utilizando o método de juros efetivos. Esse método também é utilizado para alocar a despesa de juros desses passivos pelo respectivo período. A taxa de juros efetiva é a taxa que desconta exatamente os fluxos de caixa futuros estimados (inclusive honorários pagos ou recebidos, que constituem parte integrante da taxa de juros efetiva, custos da transação e outros prêmios ou descontos), ao longo da vida estimada do passivo financeiro ou, quando apropriado, por período menor, para o reconhecimento inicial do valor contábil líquido.

3.1.4. Passivos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado

São os passivos financeiros designados dessa forma no reconhecimento inicial e os classificados como mantidos para negociação. São demonstrados ao valor justo e os respectivos ganhos ou perdas são reconhecidos no resultado. Os ganhos ou as perdas líquidas reconhecidas no resultado incorporam os juros pagos pelo passivo financeiro.

3.1.5. Baixas de ativos e passivos financeiros

A Companhia desreconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando esses direitos são transferidos em uma transação na qual substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos ou na qual a Companhia nem transfere nem mantém substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro e também não retém o controle sobre o ativo financeiro.

Os passivos financeiros somente são baixados quando as obrigações são extintas, canceladas ou liquidadas. A diferença entre o valor contábil do passivo financeiro baixado e a contrapartida paga e a pagar é reconhecida no resultado.

3.2. Redução ao valor recuperável de ativos financeiros

As estimativas para perdas com ativos financeiros são baseadas em premissas sobre o risco de inadimplência, nas condições existentes de mercado e nas estimativas futuras ao final de cada exercício.

A Companhia aplica a abordagem simplificada do IFRS 9 / CPC 48 para a mensuração de perdas de crédito esperadas considerando estimativas para todas as contas a receber de clientes, agrupadas com base nas características compartilhadas de risco de crédito, situação de vínculo, número de dias de atraso, no montante considerado suficiente para cobrir eventuais perdas na realização desses ativos, baseado em critérios específicos do histórico de pagamento, das ações de cobrança realizadas para a recuperação do crédito e a relevância do valor devido na carteira de recebíveis.

3.3. Direito de uso de ativos e passivo de arrendamentos

Quando da celebração de um contrato de arrendamento, o direito de uso de ativos é registrado a valor presente, em contrapartida de um passivo de arrendamento de mesmo valor, exceto para contratos que atendam critérios de isenção da norma contábil (arrendamentos de curto prazo, de baixo valor ou que preveem remuneração variável). Após a mensuração inicial, a amortização do ativo de direito de uso é contabilizada no resultado operacional e os juros do passivo de arrendamento no resultado financeiro. Para definição da taxa de juros, a Companhia utiliza como base a taxa nominal praticada na última captação de recursos do grupo Copel, desconsiderando captações subsidiadas ou incentivadas.

3.4. Provisões

Uma provisão é reconhecida quando: (i) a Companhia tem uma obrigação presente (legal ou não formalizada) como resultado de evento passado, (ii) seja provável (mais provável que sim do que não) que será necessária saída de recursos que incorporam benefícios econômicos para liquidar a obrigação; e (iii) possa ser feita estimativa confiável do valor da obrigação. As estimativas de desfechos e de efeitos financeiros são determinadas pelo julgamento da Administração, complementado pela experiência de transações semelhantes e, em alguns casos, por relatórios de peritos independentes.

Os valores que correspondem à parcela principal da provisão são reconhecidos no resultado operacional ou no ativo e a atualização monetária, se houver, é reconhecida no resultado financeiro.

Os ativos e passivos contingentes não são reconhecidos contabilmente, porém são divulgados em nota explicativa quando for provável o reconhecimento de benefícios econômicos futuros, para os ativos, ou quando a probabilidade de saída de recursos for avaliada como possível, no caso dos passivos.

3.5. Reconhecimento da receita

A receita é mensurada com base na contraprestação que a Companhia espera receber em um contrato com o cliente, líquida de qualquer contraprestação variável. A Companhia reconhece receitas quando transfere o controle do produto ou serviço ao cliente e quando for provável o recebimento da contraprestação, considerando a capacidade e a intenção do cliente de pagá-la quando devida. A receita operacional da Companhia é proveniente, principalmente, do suprimento e fornecimento de energia elétrica e da disponibilidade da rede elétrica.

A receita proveniente do suprimento de energia elétrica é reconhecida mensalmente com base nos dados para faturamento que são apurados pelos MW médios de energia elétrica contratada, e declarados junto a CCEE. Quando as informações não estão disponíveis, a Companhia, por meio de suas áreas técnicas, estima a receita considerando as regras dos contratos e estimativas de preço e volume.

A receita proveniente do fornecimento de energia elétrica é reconhecida mensalmente com base na energia medida e efetivamente faturada. Além disso, a Companhia registra a receita não faturada, por estimativa, com base no último faturamento e/ou considerando a energia contratada e sazonalizada no mês.

O resultado da mensuração a valor justo dos contratos de compra e venda de energia, descritos na NE nº 3.6, é registrado como receita operacional, considerando estar intrinsecamente ligado à operação principal da Companhia, de comercialização de energia.

3.6. Instrumentos financeiros derivativos - operações de compra e venda de energia

A Companhia negocia operações de compra e venda de energia e parte de seus contratos são designados e classificados como instrumentos financeiros derivativos mensurados a valor justo por meio do resultado. Os ganhos ou perdas, líquidos, não realizados, decorrentes da marcação a mercado destes contratos (diferença entre os preços contratados e os de mercado), são registrados como receita operacional ou custo operacional no resultado do exercício.

3.7. Imposto de renda e contribuição social diferidos

A Companhia, baseada em seu histórico de rentabilidade e na expectativa de geração de lucros tributáveis futuros, fundamentada em suas projeções internas elaboradas para prazos razoáveis aos seus negócios de atuação, constitui crédito fiscal diferido sobre as diferenças temporárias das bases de cálculo dos tributos e sobre prejuízo fiscal e a base negativa de contribuição social.

O imposto de renda e a contribuição social diferidos são aplicados sobre as diferenças entre os ativos e passivos reconhecidos para fins fiscais e os correspondentes valores apropriados nas demonstrações financeiras, os quais são reconhecidos somente na medida em que seja provável que exista lucro tributável, para o qual as diferenças temporárias possam ser utilizadas e os prejuízos fiscais, compensados.

Os ativos e passivos fiscais diferidos são divulgados por seu valor líquido caso haja direito legal de compensar passivos e ativos fiscais correntes, e eles se relacionam a tributos lançados pela mesma autoridade tributária sobre a mesma entidade sujeita a tributação.

3.8. Benefícios Pós-emprego

A Companhia patrocina planos previdenciários para complementação de aposentadoria e pensão e Plano Assistencial (assistência médica e odontológica) para seus empregados ativos e pós-emprego e seus dependentes legais. Os valores desses compromissos atuariais (contribuições, custos, passivos e/ou ativos) são avaliados anualmente por atuário independente, com a data base que coincide com o encerramento do exercício. As premissas econômicas e financeiras para efeitos da avaliação atuarial são discutidas com o atuário independente e aprovadas pela Administração.

Os ativos dos planos de benefícios são avaliados pelos valores de mercado (marcação a mercado). O valor do passivo assistencial líquido é reconhecido pelo valor presente da obrigação atuarial, deduzido o valor justo dos ativos do plano. A adoção do método da unidade de crédito projetada agrega cada ano de serviço como fato gerador de uma unidade adicional de benefício, somando-se até o cálculo da obrigação final.

São utilizadas outras premissas atuariais que levam em conta tabelas biométricas e econômicas, além de dados históricos dos planos de benefícios, obtidos da Fundação Copel de Previdência e Assistência, entidade que administra estes planos.

Ganhos ou perdas atuariais, motivados por alterações de premissas e/ou ajustes atuariais, são reconhecidos em outros resultados abrangentes.

3.9. Pronunciamentos aplicáveis à Companhia a partir de 1º.01.2024

A partir de 1º.01.2024 estão vigentes as alterações de normas a seguir, sem impactos significativos nas demonstrações contábeis da Companhia:

- (i) CPC 03 / IAS 7 - Demonstração dos Fluxos de Caixa e CPC 40 / IFRS 7 - Instrumentos Financeiros: requisitos para divulgação de acordos de financiamento de fornecedores;
- (ii) CPC 26 / IAS 1 - requisitos para classificação de Passivos como Circulantes ou Não Circulantes e para apresentação de Passivo Não Circulante com Covenants;

- (iii) CPC 06 / IFRS 16 - Arrendamentos: alterações relacionadas a operações de “sale and leaseback”.
- (iv) CPC 09 (R1) - Demonstração do Valor Adicionado: alterações para adequação aos CPCs emitidos posteriormente a emissão da norma.

3.10. Novas normas que ainda não entraram em vigor

A partir dos exercícios seguintes estarão vigentes as normas novas e/ou revisadas abaixo:

- (i) CPC 02 / IAS 21 - Efeitos das Mudanças nas Taxas de Câmbio intitulada Falta de Conversibilidade (a partir de 1º.01.2025);
- (ii) CPC 18 (R3) - Investimento em Coligada e em Empreendimento Controlado em Conjunto (a partir de 1º.01.2025);
- (iii) ICPC 09 (R3) – Demonstrações Contábeis Individuais, Demonstrações Separadas, Demonstrações Consolidadas e aplicação do método de equivalência patrimonial (a partir de 1º.01.2025);
- (iv) CPC 48 / IFRS 9 e CPC 40 / IFRS 7 – Classificação e mensuração de instrumentos financeiros e Contratos que tenham como referência energia e cuja geração dependa da natureza (a partir de 1º.01.2026);
- (v) IFRS 18 - Apresentação e Divulgação nas Demonstrações Financeiras (a partir de 1º.01.2027);
- (vi) IFRS 19 - Subsidiárias sem Responsabilidade Pública: Divulgações (a partir de 1º.01.2027);
- (vii) OCPC 10 – Créditos de Carbono (tCO2e), Permissões de emissão (allowances) e Crédito de Descarbonização (CBIO) (a partir de 1º.01.2025);
- (viii) CPC 36 / IFRS 10 e CPC 18 / IAS 28: alterações relacionadas a venda ou contribuição de ativos entre um investidor e sua coligada ou joint venture (sem data de vigência definida).

A Companhia não tem expectativa de impactos significativos nas demonstrações financeiras decorrentes destas alterações de normas, exceto a IFRS 18, para a qual a Administração está avaliando os impactos de adoção.

4. Caixa e Equivalentes de Caixa

	31.12.2024	31.12.2023
Caixa e bancos conta movimento	3.113	378
Aplicações financeiras de liquidez imediata	321.637	294.384
	324.750	294.762

Compreendem numerários em espécie, depósitos bancários à vista e aplicações financeiras de curto prazo com alta liquidez, que possam ser resgatadas no prazo de até 90 dias da data de contratação. Essas aplicações financeiras estão demonstradas ao custo, acrescido dos rendimentos líquidos de imposto de renda auferidos até a data de encerramento do período e com risco insignificante de mudança de valor.

As aplicações financeiras se referem a Certificados de Depósitos Bancários - CDBs e a Operações Compromissadas que, dependendo da incidência de IOF e do prazo de liquidez negociado no momento da contratação, são remuneradas entre 94,0% e 100,5% (entre 100,0% e 101,0% em 2023) da taxa de variação do Certificado de Depósito Interbancário - CDI.

5. Clientes

	Saldos vincendos	Vencidos até 90 dias	Vencidos há mais de 90 dias	Saldo em 31.12.2024	Saldo em 31.12.2023
Consumidores					
Industrial	139.812	1.716	3.244	144.773	173.627
Comercial	31.223	169	685	32.078	43.416
Parcelamento de débitos	-	110	557	668	757
Outros créditos	-	-	1.123	1.123	10.181
	171.035	1.995	5.609	178.642	227.981
Suprimento de energia elétrica					
Contratos bilaterais	175.616	493	825	176.935	170.332
CCEE	1.765	-	-	1.765	716
	177.381	493	825	178.700	171.048
(-) Perdas de créditos esperadas (5.1)	-	(2.113)	(6.434)	(8.547)	(16.765)
	348.416	375	-	348.795	382.264

Os saldos de parcelamento de débitos estão a valor presente, em 31.12.2024, considerando o montante a ser descontado, as datas de realização, as datas de liquidação e a taxa de desconto de 1,30% a.m. (1,40% a.m. em 2023).

5.1. Perdas de créditos esperadas

	Saldo em 1º.01.2023	Adições	Saldo em 31.12.2023	Adições	Perdas	Saldo em 31.12.2024
Consumidores livres e outros créditos	12.660	2.664	15.324	716	(9.177)	6.863
Contratos bilaterais	410	1.031	1.441	243	-	1.684
	13.070	3.695	16.765	959	(9.177)	8.547

6. Outros créditos

	31.12.2024	31.12.2023
Renegociações e penalidades contratuais (a)	3.683	3.694
Adiantamento a empregados	117	134
Adiantamento a fornecedores (b)	4.600	-
Outros créditos	161	154
	8.561	3.982
Circulante	8.561	3.982
Não circulante	-	-

(a) Saldo a receber de parcelamentos, penalidades e compensações financeiras previstos nos contratos da Companhia.

(b) Saldo antecipado a fornecedor, com objetivo de compra de energia futura, a ser liquidado em junho de 2025.

7. Tributos

7.1. Imposto de renda e contribuição social diferidos

	Saldo em 1º.01.2023	Reconhecido no resultado	Reconhecido no resultado abrangente	Saldo em 31.12.2023	Reconhecido no resultado	Reconhecido no resultado abrangente	Saldo em 31.12.2024
Ativo não circulante							
Valor justo na compra e venda de energia	251.159	5.060	-	256.219	(125.049)	-	131.170
Prejuízo fiscal e base de cálculo negativa	11.972	(11.972)	-	-	-	-	-
Perdas de créditos esperadas	4.443	1.256	-	5.699	(2.794)	-	2.905
Benefícios pós-emprego	1.274	111	(9)	1.376	(43)	(495)	838
Programa de desligamentos voluntários	-	1.835	-	1.835	(1.439)	-	396
Provisões por desempenho e participação nos lucros	118	441	-	559	(86)	-	473
Passivo de arrendamento	671	743	-	1.414	71	-	1.485
Outros	545	(76)	-	469	(302)	-	167
	270.182	(2.602)	(9)	267.571	(129.642)	(495)	137.434
(-) Passivo não circulante							
Valor justo na compra e venda de energia	367.798	6.775	-	374.573	(137.495)	-	237.078
Atualização de depósitos judiciais	685	422	-	1.107	271	-	1.378
Direito de uso de ativos	636	711	-	1.347	30	-	1.377
Outros	280	-	-	280	(281)	-	(1)
	369.399	7.908	-	377.307	(137.475)	-	239.832
Líquido	(99.217)	(10.510)	(9)	(109.736)	7.833	(495)	(102.398)

7.1.1. Projeção de realização de imposto de renda e contribuição social diferidos

A projeção da realização dos créditos fiscais diferidos registrados no ativo e passivo não circulantes está baseada no período de realização de cada item constante do ativo e passivo diferido, prejuízo fiscal e base negativa, de acordo com as projeções de resultados futuros.

Os critérios utilizados para a realização de cada item estão relacionados com a previsibilidade de realização do valor principal que originou a diferença temporária. Quando a expectativa de realização do item é de difícil previsão, principalmente por não ser de controle da Companhia, tais como provisões para litígios, a Companhia adota históricos de realização para projetar sua realização futura.

Seguem os itens que foram base para constituição dos principais créditos da Companhia, bem como sua forma de realização:

- Benefícios pós-emprego: serão realizados conforme os pagamentos sejam efetuados à Fundação Copel ou revertidos conforme novas estimativas atuariais;
- Perdas de crédito esperada: a realização será efetivada de acordo com a determinação do art. 9º da Lei 9.430/96 e art. 71 da Instrução Normativa RFB 1.700/17, ou pela reversão dessa provisão;
- Valor justo de compra e venda de energia (ativo e passivo): quando da realização de ganhos e perdas dos contratos de compra e venda de energia, na data da entrega da energia;
- Demais valores: realizados quando atenderem os critérios de dedutibilidade previstos na legislação fiscal, ou por eventual reversão dos valores registrados.

A seguir está apresentada a projeção de realização dos créditos fiscais diferidos:

	Ativo	Passivo
2025	77.051	(74.256)
2026	22.999	(20.986)
2027	15.574	(18.323)
2028	844	(16.016)
2029	663	(14.194)
2030 a 2032	2.665	(26.578)
Após 2032	17.638	(69.479)
	137.434	(239.832)

7.2. Outros tributos

	31.12.2024	31.12.2023
Ativo circulante		
ICMS a recuperar	193	322
PIS/Pasep e Cofins a compensar	2.797	11
	2.990	333
Ativo não circulante		
ICMS a recuperar	776	-
Outros tributos	-	36
	776	36
Passivo circulante		
ICMS a recolher	10.429	17.182
PIS/Pasep e Cofins a recolher	-	745
Outros tributos	33	1.582
	10.462	19.509
Passivo não circulante		
INSS a recolher - liminar sobre depósito judicial (a)	-	534
	-	534

(a) O depósito judicial correspondente estava registrado no ativo não circulante (NE nº 8).

7.3. Conciliação da provisão para imposto de renda e contribuição social

	31.12.2024	31.12.2023
Lucro antes do IRPJ e CSLL	55.394	146.478
IRPJ e CSLL (34%)	(18.834)	(49.803)
Efeitos fiscais sobre:		
Juros sobre o capital próprio	7.004	8.160
Despesas indedutíveis	(583)	(625)
Incentivos fiscais	923	1.309
Outros	180	31
IRPJ e CSLL correntes	(19.143)	(30.418)
IRPJ e CSLL diferidos	7.833	(10.510)
Alíquota efetiva - %	20,4%	27,9%

7.4. Reforma tributária do consumo

Em dezembro de 2023 foi promulgada a Emenda Constitucional nº 132 que estabelece a Reforma Tributária no âmbito do consumo. O novo modelo adota um sistema de IVA repartido ("IVA dual") com duas competências: uma federal (Contribuição sobre Bens e Serviços - CBS) que substituirá o PIS e a COFINS e uma subnacional (Imposto sobre Bens e Serviços - IBS) que substituirá o ICMS e o ISS. Além disso, foi criado o Imposto Seletivo ("IS"), de competência federal, que incidirá sobre a produção, extração, comercialização ou importação de bens e serviços prejudiciais à saúde e ao meio ambiente, conforme definido em lei complementar.

Em 16.01.2025 foi sancionada a Lei Complementar - LC nº 214 que regulamenta parte da reforma tributária. Ainda se encontra sob análise do Senado Federal o Projeto de Lei Complementar nº 108/2024 que finalizará a regulamentação.

A Reforma prevê um período de transição de 2026 a 2032 em que os sistemas tributários atual e novo coexistirão.

No setor elétrico, a LC nº 214 prevê o diferimento da tributação da CBS e do IBS ao longo da cadeia produtiva, de forma que a tributação ocorrerá apenas na operação com o consumidor final. Essa medida deverá reduzir significativamente os impactos da reforma para o setor.

Adicionalmente, considerando a previsão expressa nos contratos vigentes quanto ao reequilíbrio econômico-financeiro, a Companhia espera que os impactos da reforma sejam reduzidos para seus negócios.

No entanto, os efeitos completos da Reforma sobre a apuração dos tributos mencionados só serão totalmente conhecidos após a conclusão da regulamentação dos temas pendentes por lei complementar e da definição da alíquota de referência. Assim, não há impacto da Reforma nas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2024.

8. Depósitos Judiciais

A Companhia discute judicialmente processos cíveis e tributários na justiça, para os quais realizou depósitos judiciais. A sentença dos processos definirá a utilização dos montantes para pagamento ou o retorno dos valores à Companhia. Do saldo em 31.12.2024, R\$ 16.876 (R\$ 15.104, em 31.12.2023) referem-se à processos na esfera cível e R\$ 58 (R\$ 543, em 31.12.2023) à processo judicial na justiça federal relativo à incidência de contribuição previdenciária (INSS a recolher) sobre determinadas verbas salariais. Em março de 2024, parte do saldo foi baixado em contrapartida ao passivo de INSS a recolher (NE 7.2).

Os processos na esfera cível referem-se à discussão junto à fornecedores que não cumpriram com a entrega da energia contratada. A Companhia, portanto, efetuou depósito judicial no intuito de que os valores sejam liberados apenas quando confirmada a entrega efetiva (registro e entrega) por parte da CCEE.

9. Obrigações Sociais e Trabalhistas

	31.12.2024	31.12.2023
Obrigações sociais		
Impostos e contribuições sociais	396	444
Encargos sociais sobre férias e 13º salário	207	262
	603	706
Obrigações trabalhistas		
Folha de pagamento, líquida	143	-
Férias	603	770
Provisões por desempenho e participação nos lucros	1.934	1.862
Programa de desligamentos voluntários	1.164	5.398
	3.844	8.030
	4.447	8.736

9.1. Programa de Desligamentos Voluntários - PDV

Do total de empregados que aderiram ao PDV, instituído em 24.08.2023, 6 se desligaram da Companhia até 31.12.2024 e os demais deixarão a Companhia até agosto de 2025.

10. Fornecedores

	31.12.2024	31.12.2023
Energia elétrica (a)	343.735	371.898
Materiais e serviços	7.211	9.622
	350.946	381.520

(a) do saldo apresentado, R\$ 166.831 (R\$ 201.458 em 2023) referem-se à operações com partes relacionadas, conforme demonstrado na NE nº 19.

11. Benefícios Pós-emprego

A Companhia patrocina planos previdenciários para complementação de aposentadoria e pensão e plano assistencial para assistência médica e odontológica para seus empregados ativos e seus dependentes legais. O patrocínio vitalício do Plano Assistencial para os aposentados, pensionistas e dependentes legais somente é aplicado aos participantes do Plano Prosaúde II. A Fundação Copel de Previdência e Assistência é a entidade que administra estes planos.

11.1. Plano de benefício previdenciário e Plano Assistencial

O Plano Unificado é um plano de Benefício Definido – BD em que a renda é pré-determinada em função do nível salarial de cada indivíduo. Este plano está fechado para novos participantes desde 1998.

O Plano III é um plano de Contribuição Definida – CD na fase contributiva e, após a aposentadoria, torna-se um plano de Benefício Definido – BD.

O Plano IV, único plano disponível para novos participantes, é um plano de Contribuição Definida - CD em que a obrigação legal ou construtiva da entidade está limitada à quantia que ela aceita contribuir para o fundo. Assim, o valor do benefício pós-emprego recebido pelo empregado deve ser determinado pelo montante de contribuições pagas pela entidade patrocinadora e também pelo empregado, juntamente com o retorno dos investimentos provenientes das contribuições. Em consequência, o risco atuarial (risco de que os benefícios sejam inferiores ao esperado) e o risco de investimento (risco de que os ativos investidos venham a ser insuficientes para cobrir os benefícios esperados) recaem sobre o empregado.

A Companhia aloca recursos para a cobertura das despesas de saúde dos empregados e de seus dependentes, dentro de regras, limites e condições estabelecidos nos regulamentos dos Planos Prosaúde II e Prosaúde III. A cobertura inclui exames médicos periódicos em ambos os planos e somente é estendida a todos os aposentados e pensionistas vitaliciamente no Plano Prosaúde II.

11.2. Balanço patrimonial e resultado

Os valores reconhecidos no passivo, na conta de Benefícios pós-emprego, estão resumidos a seguir:

	31.12.2024	31.12.2023
Planos previdenciários	4	2
Plano assistencial	2.464	3.678
	2.468	3.680
	Circulante	126
	Não circulante	2.342
		125
		3.555

Os valores reconhecidos no resultado estão resumidos a seguir:

	31.12.2024	31.12.2023
Empregados		
Planos previdenciários	654	764
Plano assistencial - pós-emprego	370	442
Plano assistencial - funcionários ativos	667	618
	1.691	1.824
Administradores		
Planos previdenciários	46	48
Plano assistencial	-	5
	46	53
	1.737	1.877

11.3. Mutações dos benefícios pós-emprego

Em 1º.01.2023	3.376
Apropriação do cálculo atuarial	442
Apropriação das contribuições previdenciárias e assistenciais	1.471
Ganhos atuariais	(24)
Amortizações	(1.585)
Em 31.12.2023	3.680
Apropriação do cálculo atuarial	370
Apropriação das contribuições previdenciárias e assistenciais	1.232
Ganhos atuariais	(1.455)
Amortizações	(1.359)
Em 31.12.2024	2.468

11.4. Avaliação atuarial

11.4.1. Premissas atuariais

As premissas atuariais utilizadas para determinação dos valores de obrigações e custos estão demonstradas a seguir:

	2024		2023	
	Real	Nominal	Real	Nominal
Econômicas				
Inflação a.a.	-	3,50%	-	3,00%
Taxa de desconto/retorno esperados a.a.				
Planos Unificado - Benefício Definido	7,66%	11,42%	5,33%	8,49%
Planos Unificado - Saldado	7,40%	11,15%	5,36%	8,52%
Planos III	7,36%	11,12%	5,37%	8,53%
Planos Assistencial	7,44%	11,20%	5,48%	8,64%
Crescimento salarial/custos médicos				
Plano Unificado a.a.	1,00%	4,54%	1,00%	4,03%
Plano III a.a.	1,00%	4,54%	1,00%	4,03%
Plano Assistencial - Aging Factor	3,30%	-	3,30%	-
Demográficas				
Tábua de mortalidade		AT - 2000		AT - 2000
Tábua de mortalidade de inválidos		WINKLEVOSS		WINKLEVOSS
Tábua de entrada em invalidez		TASA 1927		TASA 1927

11.4.2. Expectativa de vida a partir da idade média – Tábua AT-2000 (em anos)

	Plano Unificado	Plano III
31.12.2024		
Participantes aposentados	12,13	22,17
Participantes pensionistas	13,99	24,67
31.12.2023		
Participantes aposentados	12,73	21,35
Participantes pensionistas	13,99	24,67

A idade média dos participantes inativos dos planos de aposentadoria e assistência médica é, respectivamente, de 68,01 e 68,33 anos.

11.4.3. Avaliação atuarial

O Plano Unificado e o Plano III apresentaram superávit em 31.12.2024. Contudo, pela legislação atual, inexistente direito da Companhia em registrar ativos em seu balanço.

	Plano Unificado	Plano III	Plano Assistencial	31.12.2024	31.12.2023
Obrigações total ou parcialmente cobertas	6.526	34.856	2.868	44.250	44.231
Valor justo dos ativos do plano	(7.823)	(38.420)	(404)	(46.647)	(42.464)
Estado de cobertura do plano	(1.297)	(3.564)	2.464	(2.397)	1.767
Ativo não reconhecido	1.297	3.564	-	4.861	1.911
	-	-	2.464	2.464	3.678

Os ajustes nos passivos assistenciais com base no relatório atuarial estão apresentados na Demonstração de Resultados Abrangentes.

11.4.4. Movimentação do passivo atuarial

	Plano Unificado	Plano III	Plano assistencial
Valor presente da obrigação atuarial líquida em 1º.01.2023	7.053	33.448	3.699
Custo de serviço	-	59	48
Custo dos juros	819	3.885	432
Benefícios pagos	(466)	(2.186)	(63)
(Ganhos) / perdas atuariais	290	(2.780)	(7)
Valor presente da obrigação atuarial líquida em 31.12.2023	7.696	32.426	4.109
Custo de serviço	-	60	55
Custo dos juros	635	2.671	352
Benefícios pagos	(551)	(2.869)	(129)
(Ganhos) / perdas atuariais	(1.254)	2.568	(1.519)
Valor presente da obrigação atuarial líquida em 31.12.2024	6.526	34.856	2.868

11.4.5. Movimentação do ativo atuarial

	Plano Unificado	Plano III	Plano assistencial
Valor justo do ativo do plano em 1º.01.2023	8.056	34.169	325
Retorno esperado dos ativos	936	3.969	38
Contribuições e aportes	-	78	63
Benefícios pagos	(466)	(2.186)	(63)
Ganhos / (perdas) atuariais	371	(2.894)	68
Valor justo do ativo do plano em 31.12.2023	8.897	33.136	431
Retorno esperado dos ativos	738	2.736	37
Contribuições e aportes	-	53	129
Benefícios pagos	(551)	(2.869)	(129)
Ganhos / (perdas) atuariais	(1.261)	5.364	(64)
Valor justo do ativo do plano em 31.12.2024	7.823	38.420	404

11.4.6. Custos estimados

Os custos (receitas) estimados para 2025 para cada plano estão demonstrados a seguir:

	Plano Unificado	Plano III	Plano Assistencial
Custo do serviço corrente	-	(12)	52
Custo estimado dos juros	843	4.114	318
Rendimento esperado do ativo do plano	(843)	(4.117)	(45)
Custos (receitas)	-	(15)	325

Tendo em vista o superávit atual dos planos previdenciários, a Companhia não registrará as receitas e custos estimados apresentados no quadro acima para o Plano Unificado e Plano III, conforme legislação que não permite redução nas contribuições ou reembolsos à Companhia.

11.4.7. Análise de sensibilidade

A tabela a seguir demonstra o saldo das obrigações e do custo do serviço dos planos previdenciários e assistencial com o impacto de alterações nas premissas atuariais significativas.

	Cenários projetados	
	Aumento 0,5%	Redução 0,5%
Sensibilidade da taxa de juros de longo prazo nas obrigações		
Obrigações dos planos previdenciários	39.563	43.363
Obrigações do plano assistencial	2.621	3.149
Sensibilidade da taxa de crescimento de custos médicos		
Obrigações do plano assistencial	3.158	2.612
Custo do serviço do plano assistencial	55	40
Sensibilidade da taxa de juros de longo prazo no custo do serviço		
Custo do serviço dos planos previdenciários	11	16
Custo do serviço do plano assistencial	41	54

11.4.8. Benefícios a pagar

Os benefícios estimados a serem pagos nos exercícios fiscais subsequentes, estão apresentados abaixo:

	Plano Unificado	Plano III	Plano Assistencial	Total
2025	552	2.910	61	3.523
2026	569	3.000	71	3.640
2027	586	3.091	79	3.756
2028	604	3.185	90	3.879
2029	622	3.280	107	4.009
2030 a 2054	19.009	103.767	15.185	137.961

11.4.9. Alocação de ativos e estratégia de investimentos

O quadro a seguir apresenta a alocação de ativos para os planos previdenciários e assistencial ao final deste exercício e a meta para o próximo ano.

	Meta para 2025 (*)	2024
Renda fixa	84,3%	80,4%
Renda variável	3,0%	4,8%
Empréstimos	1,3%	1,3%
Investimentos imobiliários	2,4%	3,7%
Investimentos estruturados	7,0%	8,3%
Investimentos no exterior	2,0%	1,5%
	100,0%	100,0%

(*) Alocação Estratégica baseada no total de investimentos de cada plano.

Adicionalmente, seguem informações referentes à alocação de ativos de planos previdenciários patrocinados pela Companhia:

	Plano Unificado		Plano III	
	meta para 2025	mínimo	meta para 2025	mínimo
Renda fixa	88,0%	80,0%	81,0%	72,0%
Renda variável	2,0%	0,5%	4,0%	2,0%
Empréstimos	0,5%	0,0%	2,0%	2,0%
Investimentos imobiliários	2,5%	2,5%	2,0%	1,0%
Investimentos estruturados	7,0%	3,5%	9,0%	7,0%
Investimentos no exterior	0,0%	0,0%	2,0%	1,0%

A Administração da Fundação Copel decidiu manter participação mais conservadora em renda variável, em relação ao limite legal permitido, que é de 70%.

12. Outras contas a pagar

	31.12.2024	31.12.2023
Cauções em garantia	15.896	14.786
Outras obrigações	49	59
	15.945	14.845
	Circulante	15.945
	Não circulante	-

13. Provisões para Litígios e Passivo Contingente

A Companhia responde por diversos processos judiciais e administrativos perante diferentes cortes. A Administração, com base na avaliação de seus assessores legais, constitui provisões para as ações cujas perdas são consideradas prováveis quando os critérios de reconhecimento de provisão, descritos na NE nº 3.4 são atendidos.

A Administração da Companhia acredita ser impraticável fornecer informações a respeito do momento de eventuais saídas de caixa relacionadas às ações pelas quais a Companhia e suas controladas respondem na data da elaboração das demonstrações financeiras, tendo em vista a imprevisibilidade e a dinâmica dos sistemas judiciário, tributário e regulatório brasileiros, sendo que a resolução final depende das conclusões dos processos judiciais. Por esse motivo, essa informação não é fornecida.

13.1. Mutações das provisões para litígios

	Saldo em 1º.01.2024	Resultado			Quitações	Saldo em 31.12.2024
		Adições	Reversões	Atualização monetária		
Trabalhistas	427	312	(476)	(136)	-	127
Cíveis	335	66	(81)	5	(187)	138
	762	378	(557)	(131)	(187)	265

	Saldo em 1º.01.2023	Resultado			Quitações	Saldo em 31.12.2023
		Adições	Reversões	Atualização monetária		
Trabalhistas	582	68	-	61	(284)	427
Cíveis	-	164	-	178	(7)	335
	582	232	-	239	(291)	762

As ações trabalhistas se referem à cobrança de horas-extras, periculosidade, adicional de transferência, equiparação/reenquadramento salarial, entre outras, por empregados e ex-empregados da Copel; cobranças de parcelas indenizatórias e outras, por ex-empregados de empreiteiros e empresas terceirizadas (responsabilidade subsidiária), enquanto as cíveis se referem a ações de cobrança de multa contratual.

13.2. Passivos Contingentes

Passivos contingentes são obrigações presentes decorrentes de eventos passados, sem provisões reconhecidas por não ser provável uma saída de recursos que incorporam benefícios econômicos para liquidar a obrigação. Em 31.12.2024 a Companhia possui R\$ 1.098 (R\$ 626 em 31.12.2023) referente a passivos contingentes de ações trabalhistas e R\$ 27 (R\$ 109 em 31.12.2023) de ações na área cível decorrentes de discussão contratual.

14. Patrimônio Líquido

14.1. Capital social

Em 31.12.2024, o capital social integralizado é de R\$ 237.210 (R\$ 237.210 em 31.12.2023), composto por 237.210.461 ações ordinárias (237.210.461 em 2023), sem valor nominal, pertencentes à Copel.

14.2. Mutação do ajuste de avaliação patrimonial

Em 1º.01.2023	(1.113)
Passivos atuariais	
Benefícios pós-emprego	25
Tributos sobre os ajustes	(9)
Em 31.12.2023	(1.097)
Passivos atuariais	
Benefícios pós-emprego	1.455
Tributos sobre os ajustes	(495)
Em 31.12.2024	(137)

14.3. Reserva legal e reserva de retenção de lucros

A reserva legal é constituída com base em 5% do lucro líquido do exercício, antes de qualquer destinação, limitada a 20% do capital social.

A reserva de retenção de lucros visa a cobertura do programa de investimento da Companhia, conforme o artigo 196 da Lei nº 6.404/1976, e é constituída com base em Orçamento de Capital proposto pelos órgãos da Administração para deliberação da Assembleia Geral, quando aplicável.

A reserva de lucros a realizar, constituída no exercício de 2019, em conformidade com o art. 197 da Lei 6.404/76, é utilizada para pagamento de dividendo obrigatório, conforme estabelece seu § 2º. Em 2024 o montante realizado foi de R\$ 4.377 (R\$ 16.873 em 2023), dessa forma realizando o restante da referida reserva.

14.4. Proposta de distribuição de dividendos

	31.12.2024	31.12.2023
Base de cálculo para os dividendos		
Lucro líquido do exercício	44.084	105.550
Reserva legal	(2.204)	(5.277)
	41.880	100.273
Dividendos propostos		
Juros sobre o capital próprio (JSCP) - intercalares	20.600	10.400
Complemento para atingir o mínimo obrigatório	-	16.228
Dividendo adicional proposto (*)	21.280	73.645
	41.880	100.273
Dividendos por ação:		
Dividendos obrigatórios (em R\$)	0,04414	0,10568
Dividendos registrados (em R\$)	0,17655	0,42272

(*) De acordo com o § 6º do art. 202 da lei 6.404/76, os lucros não destinados nos termos dos arts. 193 a 197 (Reserva Legal, Reservas Estatutária, para contingências, de retenção de lucros ou de lucros a realizar), deverão ser distribuídos como dividendos.

Conforme as disposições legais e estatutárias vigentes e deliberação da Administração, a base de cálculo dos dividendos é obtida a partir do lucro líquido ajustado que corresponde ao lucro líquido do exercício diminuído da cota destinada à reserva legal.

A 73ª Reunião Extraordinária do Conselho de Administração de 18.12.2024 aprovou, em consonância com o Estatuto Social, a distribuição de proventos (dividendos intercalares) sob a forma de Juros sobre o Capital Próprio - JSCP no montante de R\$ 20.600. O valor de JSCP, líquido dos tributos é imputado ao dividendo obrigatório do exercício de 2024, conforme critérios estabelecidos no artigo 65 do Estatuto Social da Companhia.

O saldo pendente terá a data do pagamento definida na Assembleia Geral Ordinária de abril de 2025.

14.5. Lucro líquido básico e diluído por ação

	31.12.2024	31.12.2023
Numerador básico e diluído		
Lucro líquido básico e diluído alocado por classes de ações, atribuído à acionista controladora		
Ações ordinárias	44.084	105.550
Denominador básico e diluído		
Média ponderada das ações (em milhares)		
Ações ordinárias	237.210.461	237.210.461
Lucro líquido do período básico e diluído por ação atribuído à acionista controladora		
Ações ordinárias	0,18584	0,44496

15. Receita Operacional

	Receita bruta	PIS/Pasep e Cofins	ICMS / ISSQN	Receita líquida 31.12.2024	Receita líquida 31.12.2023
Fornecimento de energia elétrica	2.246.579	(193.877)	(150.545)	1.902.157	2.284.271
Suprimento de energia elétrica	1.832.532	(169.509)	-	1.663.023	1.761.200
Valor justo compra e venda de energia (NE nº 19.2.4)	-	-	-	-	5.045
Outras receitas operacionais	3.723	(344)	(96)	3.283	6.388
	4.082.834	(363.730)	(150.641)	3.568.463	4.056.904

16. Custos e despesas operacionais

	Custos operacionais	Despesas com vendas	Despesas gerais e administrativas	Outras despesas operacionais líquidas	31.12.2024	31.12.2023
Energia elétrica comprada para revenda	(3.488.083)	-	-	-	(3.488.083)	(3.908.484)
Valor justo compra e venda de energia (18.2.3)	(36.605)	-	-	-	(36.605)	-
Pessoal e administradores (16.1)	(8.507)	-	(5.955)	-	(14.462)	(21.133)
Planos previdenciário e assistencial (11.3)	(1.155)	-	(582)	-	(1.737)	(1.877)
Material	(19)	-	(95)	-	(114)	(77)
Serviços de terceiros	(434)	-	(4.169)	-	(4.603)	(3.389)
Depreciação e amortização	-	-	(1.746)	-	(1.746)	(2.003)
Reversão de provisão para litígios	-	-	-	179	179	(232)
Perdas de créditos esperadas	-	(959)	-	-	(959)	(3.695)
Outros custos e despesas operacionais, líquidos	(101)	-	(4.223)	(1.103)	(5.427)	(7.396)
	(3.534.904)	(959)	(16.770)	(924)	(3.553.557)	(3.948.286)

16.1. Pessoal e administradores

	31.12.2024	31.12.2023
Pessoal		
Remunerações	7.332	9.536
Encargos sociais	2.340	2.752
Auxílio alimentação e educação	921	948
Programa de desligamentos voluntários	169	5.397
	10.762	18.633
Administradores		
Honorários	1.464	461
Encargos sociais	332	171
Outros gastos	57	6
	1.853	638
Provisões por desempenho e participação nos lucros de empregados e administradores	1.847	1.862
	14.462	21.133

17. Resultado Financeiro

	31.12.2024	31.12.2023
Receitas financeiras		
Renda de aplicações financeiras	34.199	33.278
Acréscimos moratórios sobre faturas	4.151	3.482
Multas	2.027	2.025
Juros sobre liquidações na CCEE	83	99
(-) PIS/Pasep e Cofins sobre receitas financeiras	(1.990)	(1.878)
Outras receitas financeiras	2.343	1.571
	40.813	38.577
(-) Despesas financeiras		
Variação monetária de litígios (NE nº 14.1)	(131)	239
Juros sobre passivo de arrendamentos	431	293
Outras despesas financeiras	25	185
	325	717
Líquido	40.488	37.860

18. Instrumentos Financeiros

18.1. Categorias e apuração do valor justo dos instrumentos financeiros

	NE nº	Nível	31.12.2024		31.12.2023	
			Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo
Ativos Financeiros						
Valor justo por meio do resultado						
Caixa e equivalentes de caixa (a)	4	2	324.750	324.750	294.762	294.762
Títulos e valores mobiliários (b)		2	-	-	1.937	1.937
Valor justo na compra e venda de energia (c)	18.2.3	3	697.288	697.288	1.101.684	1.101.684
			1.022.038	1.022.038	1.398.383	1.398.383
Custo Amortizado						
Cientes (a)	5		348.795	348.795	382.264	382.264
Total dos ativos financeiros			1.370.833	1.370.833	1.780.647	1.780.647
Passivos Financeiros						
Valor justo por meio do resultado						
Valor justo na compra e venda de energia (c)	18.2.3	3	385.792	385.792	753.584	753.584
Custo Amortizado						
Fornecedores (a)	10		350.946	350.946	381.520	381.520
Total dos passivos financeiros			736.738	736.738	1.135.104	1.135.104

Os níveis de hierarquia para apuração do valor justo são apresentados a seguir:

Nível 1: obtidos de preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos ou passivos idênticos;

Nível 2: obtidos por meio de outras variáveis além dos preços cotados incluídos no Nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo.

Nível 3: obtidos por meio de técnicas de avaliação que incluem variáveis para o ativo ou passivo, mas que não têm como base os dados observáveis de mercado.

- Equivalente ao seu respectivo valor contábil, em razão de sua natureza e de seu prazo de realização.
- Calculado de acordo com as informações disponibilizadas pelos agentes financeiros e pelos valores de mercado dos títulos emitidos pelo governo brasileiro.
- O valor justo dos ativos e passivos equivale ao seu respectivo valor contábil (NE nº 3.6).

18.2. Gerenciamento dos riscos financeiros

Os negócios da Companhia estão expostos aos seguintes riscos resultantes de instrumentos financeiros:

18.2.1. Risco de crédito

Risco de crédito é o risco de incorrer em perdas decorrentes de cliente ou contraparte em instrumento financeiro, resultantes da falha desses em cumprir com suas obrigações contratuais.

Exposição ao risco de crédito	31.12.2024	31.12.2023
Caixa e equivalentes de caixa (a)	324.750	294.762
Títulos e valores mobiliários (a)	-	1.937
Clientes (b)	348.795	382.264
	673.545	678.963

- a) A Companhia administra o risco de crédito sobre esses ativos considerando sua política em aplicar os recursos financeiros em instituições bancárias federais ou em bancos privados com baixo risco de crédito, conforme *rating* local das principais agências classificadoras.
- b) Risco de perdas resultantes da dificuldade de recebimento de valores faturados aos clientes, relacionado a fatores internos e externos. Para reduzir esse tipo de risco, a Companhia atua na gestão das contas a receber, detectando clientes com maior possibilidade de inadimplência, implementando políticas específicas de cobrança e/ou exigência de garantias financeiras e suspendendo o fornecimento e/ou o registro de energia e a prestação do serviço, conforme estabelecido em contrato e normas regulamentares.

18.2.2. Risco de liquidez

O risco de liquidez da Companhia é representado pela possibilidade de insuficiência de recursos, caixa ou outro ativo financeiro, para liquidar as obrigações nas datas previstas.

A Companhia faz a administração do risco de liquidez com um conjunto de metodologias, procedimentos e instrumentos, aplicados ao controle permanente dos processos financeiros, a fim de garantir o adequado gerenciamento dos riscos.

Os passivos financeiros da Companhia se restringem ao saldo de fornecedores que tem a liquidação prevista para menos de um mês, a partir de 31.12.2024.

18.2.3. Risco relacionado ao preço nas operações de compra e venda de energia

O quadro abaixo apresenta os valores nominais dos contratos de comercialização de energia elétrica na data destas demonstrações financeiras:

	Compra	Venda
2025	865.646	876.276
2026	734.956	708.190
2027	666.018	590.091
2028	460.904	475.714
2029	455.201	458.744
2030 a 2040	2.900.179	3.215.134
	6.082.904	6.324.149

O prazo médio ponderado ("duration") dos contratos é de 127 meses para compra e 124 meses para venda de energia.

A atividade de comercialização de energia elétrica expõe a Companhia ao risco pela volatilidade do preço futuro de modo que parte das operações de compra e venda futuras são designadas e classificadas como instrumentos financeiros derivativos e reconhecidas nas demonstrações financeiras pelo valor justo por meio do resultado com base na diferença entre o preço contratado e o preço de mercado das operações. Deste modo, o quadro a seguir demonstra os saldos do valor justo dos contratos da Companhia registrados na data destas demonstrações financeiras:

	Ativo	Passivo	Saldo líquido
Circulante	217.350	(214.955)	2.395
Não circulante	479.938	(170.837)	309.101
	697.288	(385.792)	311.496

O valor justo foi estimado utilizando os preços definidos internamente pela Companhia, que representam a melhor estimativa do preço de mercado futuro. A taxa de desconto utilizada tem como referência a taxa de retorno das NTN-Bs divulgada pela Anbima em 31.12.2024 sem inflação e ajustada pelo risco de crédito.

O quadro abaixo apresenta análise de sensibilidade que, para os cenários base e provável, considerou os saldos contábeis registrados na data destas demonstrações financeiras. Adicionalmente, a Companhia mantém o acompanhamento dos cenários “1” e “2”, que consideram elevação ou queda de 25% e 50%.

	Variação no preço	Base 31.12.2024	Cenários projetados		
			Provável	Cenário 1	Cenário 2
Ganhos (perdas) não realizados em operações de compra e venda de energia	Elevação	311.496	311.496	371.103	430.710
	Queda	311.496	311.496	251.887	192.280

18.2.4. Risco de contraparte no mercado de energia

O mercado livre de energia ainda não possui uma contraparte garantidora de todos os contratos (clearing house), de modo que o risco de default é bilateral. Desta forma, a Companhia está exposta ao risco de o vendedor não registrar a energia contratada na CCEE e/ou o risco de não receber o pagamento pela energia vendida. Na ocorrência de não registro ou não recebimento, a Companhia é obrigada a adquirir/vender energia ao preço do mercado de curto prazo, podendo incorrer ainda em penalidades regulatórias e mesmo em perda do valor pago.

A Companhia possui uma política que impõe limites para as operações possíveis com cada contraparte, após análise de sua capacidade financeira, maturidade e histórico.

Adicionalmente, embora nossa política seja mais restritiva e as contrapartes apresentem uma boa situação financeira, a Companhia está exposta a eventos sistêmicos em que o descumprimento de obrigações financeiras de um agente desencadeia eventos em outras comercializadoras, podendo impactar as contrapartes da Companhia.

19. Transações com Partes Relacionadas

Parte Relacionada / Natureza da operação	Ativo		Passivo		Receita		Custo / Despesa	
	31.12.2024	31.12.2023	31.12.2024	31.12.2023	31.12.2024	31.12.2023	31.12.2024	31.12.2023
Controladora - Copel								
Dividendos	-	-	280.873	185.341	-	-	-	-
Entidade sob controle em comum								
Compartilhamento de estrutura								
Copel Geração e Transmissão S.A. (Copel GeT)	-	-	162	167	-	-	-	-
Copel Distribuição S.A. (Copel Dis)	-	-	162	212	-	-	-	-
Compra e venda de energia								
Copel Geração e Transmissão S.A. (Copel GeT)	16.940	-	118.091	138.000	71.486	36.584	1.319.694	1.391.314
F.D.A. Geração de Energia Elétrica S.A.	-	-	43.514	52.393	9.768	41.472	537.887	801.017
Bela Vista Geração de Energia S.A.	-	-	220	2.140	-	-	3.167	29.312
Parques eólicos (subsidiárias da Copel GeT)	-	-	5.006	8.925	17.036	-	72.852	109.923
Pessoal chave da administração								
Honorários e encargos sociais (NE nº 16.1)	-	-	-	-	-	-	1.853	638
Planos previdenciários e assistenciais (NE nº 11.2)	-	-	-	-	-	-	46	53
Outras partes relacionadas								
Fundação Copel								
Aluguel de imóveis administrativos	-	-	4.263	4.099	-	-	412	441
Planos previdenciários e assistenciais (NE nº 11.3)	-	-	2.468	3.680	-	-	-	-
Sanepar - venda de energia e serviços	445	-	-	-	12.164	68	-	-
Lactec - venda de energia e serviços	7	3	-	-	525	462	-	-
Tecpar - venda de energia	-	-	-	-	2.281	2.029	-	-
Celepar - venda de energia	-	-	-	-	1.148	1.113	-	-
Assembleia Legislativa do Paraná - venda de energia	-	-	-	-	326	319	-	-
Portos do Paraná - venda de energia	-	-	-	-	4.114	5.070	-	-

As transações relevantes com partes relacionadas estão demonstradas acima. As transações são registradas de acordo com termos e condições acordadas entre as partes, com os preços de mercado praticados pela Companhia.

A Copel forneceu garantias financeiras, na modalidade de carta fiança corporativa, para contratos de compra de energia elétrica efetuados pela Copel Mercado Livre no total de R\$ 495.653 (R\$ 602.520 em 31.12.2023).

A Copel Mercado Livre tem contratos de compra e venda de energia com partes relacionadas, realizados de acordo com os termos e condições acordadas entre as partes, com os preços de mercado praticados pela Companhia, aderentes aos praticados por outros agentes de mercado e àqueles praticados no mercado de energia.

Do total de compromissos de venda de R\$ 372.500 (R\$ 275.199, em 2023), R\$ 171.228 (R\$ 59.170, em 2023) se referem a contratos com a Copel GeT e suas subsidiárias, R\$ 195.357 (R\$ 201.873 em 2023) se refere à contratos com a Sanepar e R\$ 5.915 (R\$ 14.156, em 2023) com órgãos associados ao Governo do Estado do Paraná. Ainda dos compromissos de compra de 5.947.971 (R\$ 5.533.701 em 2023) se referem, em sua totalidade, a contratos com a Copel GeT e suas subsidiárias.

20. Compromissos

Em 31.12.2024, a Copel Mercado Livre possui R\$ 18.218.811 (R\$ 18.841.493, em 31.12.2023) em compromissos de contratos de compra de energia elétrica.

21. Seguros

Apólice	Término da vigência	Importância segurada
Seguro D&O (a)	28.03.2024	121.033
Seguro D&O (a)	28.03.2025	154.808
Garantia Fiel Cumprimento	26.05.2029	10.040
Garantia de Pagamento	31.12.2025	1.562
Garantia de Pagamento	31.12.2024	1.499
Garantia Fiel Cumprimento	31.03.2029	970
Garantia de Pagamento	31.12.2024	857
Garantia de Pagamento	28.04.2025	250
Garantia de Pagamento	28.04.2025	250
Garantia de Pagamento	28.04.2025	250

(a) O valor da importância segurada do Seguro D&O foi convertido de dólar para real com a taxa do dia 31.12.2024, de R\$ 6,1923.

Curitiba, 27 de fevereiro de 2025.

Rodolfo Moraes Fontes Lima
Diretor Geral

Felipe Gutterres Ramella
Diretor de Finanças

Yuri Müller Ledra
Diretor Jurídico e de Compliance

Fernando de Lima dos Santos
Contador - CRC PR-050585/O-9

PARECER DO CONSELHO FISCAL

Os membros do Conselho Fiscal da Copel Comercialização S.A., abaixo assinados, dentro de suas atribuições e responsabilidades legais e estatutárias, procederam ao exame das Demonstrações Financeiras referentes ao exercício de 2024, que compreendem o balanço patrimonial em 31.12.2024 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício de 2024, e as correspondentes notas explicativas, bem como a Proposta da Diretoria para Destinação do Lucro Líquido do Exercício de 2024. As minutas foram recebidas e analisadas individualmente pelos Conselheiros e discutidas com a Administração previamente. Com base nos trabalhos e discussões desenvolvidos ao longo do exercício, nas análises e entrevistas efetuadas, nos acompanhamentos e esclarecimentos prestados pela Administração, pelo Comitê de Auditoria Estatutário e pela Auditoria Independente sobre os controles internos, e considerando ainda o Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras individuais emitido pela PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes sem ressalvas, e o Relatório Anual do Comitê de Auditoria Estatutário de 2024, os Conselheiros Fiscais opinam que as Demonstrações Financeiras referentes ao exercício de 2024, bem como a Proposta da Diretoria para Destinação do Lucro Líquido do Exercício de 2024, deliberados pelo Conselho de Administração em 27 de fevereiro de 2025, estão em condições de ser encaminhados à deliberação da Assembleia Geral de Acionistas.

Curitiba, 27 de fevereiro de 2025

DEMETRIUS NICHELE MACEI
Presidente

FRANCISCO OLINTO VELO SCHMITT

FILIFE BORDALO DI LUCCIO

RELATÓRIO ANUAL DO COMITÊ DE AUDITORIA ESTATUTÁRIO

1. APRESENTAÇÃO E INFORMAÇÕES GERAIS

O Comitê de Auditoria Estatutário - CAE da Copel está previsto na Seção I do Capítulo V do Estatuto Social, sendo composto por 03 (três) a 05 (cinco) membros escolhidos pelo Conselho de Administração, eleitos e destituíveis por tal órgão, todos com prazo de mandato unificado de 02 (dois) anos, permitida reeleição. Na composição do CAE são observados os seguintes parâmetros:

- I. ter a maioria de membros independentes nos termos da legislação e regulamentação aplicáveis;*
- II. no mínimo, 01 (um) membro com experiência profissional reconhecida em assuntos de contabilidade societária, auditoria e finanças, que o caracterize como “especialista financeiro” nos termos da legislação vigente;*
- III. no mínimo 01(um) dos membros do Comitê deverá ser integrante do Conselho de Administração;*
- IV. no mínimo 01(um) dos membros do Comitê não será membro do Conselho de Administração e deverá ser escolhido dentre pessoas de mercado de notória experiência e capacidade técnica;*
- V. o Coordenador do Comitê deverá ser membro do Conselho de Administração;*
- VI. o prazo máximo para exercício do cargo é de 10 anos; e*
- VII. é vedada a participação de diretores da companhia, suas controladas, controladora, coligadas ou sociedades em controle comum, diretas ou indiretas, no Comitê.*

As características, composição, funcionamento e competências do órgão são estabelecidas em Regimento Interno específico. Esse Comitê assessora e reporta-se ao Conselho de Administração - CAD, ao qual está diretamente vinculado.

Dentre as principais atribuições do CAE estão auditoria, supervisão e fiscalização e, quando cabível, apresentação de recomendações sobre atividades da Companhia, zelando pela qualidade e integridade das demonstrações contábeis e financeiras da Companhia; pelo cumprimento das exigências legais e regulamentares; pela atuação, independência e qualidade do trabalho da empresa de Auditoria Independente contratada para emitir parecer sobre as demonstrações contábeis e financeiras; pela atuação e qualidade do trabalho da Auditoria Interna e pela qualidade e eficiência dos sistemas de controles internos e de gestão de riscos.

O Comitê é responsável pela emissão de relatório anual, devendo o resumo do Relatório do Comitê de Auditoria, elaborado ao final do exercício, ser publicado em conjunto com as demonstrações contábeis e financeiras. Suas reuniões ordinárias são realizadas, no mínimo, doze vezes ao ano, conforme calendário previamente definido, podendo haver outras, extraordinárias, sempre que necessário.

O CAE conta com plano de trabalho para apoiar suas atividades, desenvolvido com apoio de consultoria externa, sendo a Ernst & Young – EY responsável pelo apoio ao processo da última revisão do documento. No plano de trabalho do Comitê são consideradas a legislação vigente, nacional e internacional, regulamentação aplicável à Companhia, Estatuto Social, Regimento Interno do órgão, normativas internas e boas práticas de mercado.

A estrutura do Plano de Trabalho do CAE em 2024, contemplou as atribuições do órgão e trouxe o cronograma detalhado de reuniões, contendo os assuntos a serem tratados; a área interna responsável pelo apoio a cada tema; a atividade a ser desenvolvida; as referências em relação à Lei Sarbanes-Oxley - SOX 301/407, à Instrução CVM 80/2022, e a boas práticas de governança; a frequência de apresentação dos assuntos e a duração estimada para sua discussão e a distribuição desses temas ao longo do ano.

O Plano de Trabalho Anual do CAE 2024 abordou 16 temas principais, somando 98 pautas específicas, distribuídos em, no mínimo, 12 reuniões ao longo do ano.

A auditoria independente, PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes Ltda. (PwC), é responsável pelo planejamento e execução da auditoria das Demonstrações Contábeis da Copel Holding e consolidado das subsidiárias integrais (GeT, DIS, Mercado Livre, Serviços e Eólicas).

Compete ao auditor independente, no contexto e escopo do seu trabalho, emitir opinião sobre as Demonstrações Financeiras e se as mesmas refletem de forma adequada a posição patrimonial e financeira da Copel Holding e consolidado das subsidiárias integrais, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, a legislação societária brasileira, as normas da Comissão de Valores Mobiliários - CVM, já adequadas aos padrões internacionais de contabilidade. O ambiente de controles internos da Copel Holding e das subsidiárias integrais, também é avaliado pela PwC, uma vez que essas estão sujeitas à lei americana *Sarbanes-Oxley – SOx*.

Ainda no contexto de controles internos, a Diretoria de Governança, Risco e Compliance – DRC, em sua atuação como segunda linha de defesa, atua no desenho dos controles junto aos órgãos da administração, primeira linha de defesa. Posteriormente, cabe a DRC atuar no teste de desenho dos controles internos. Já a Auditoria Interna - AUD, como terceira linha de defesa, atua no teste de controles internos quanto à sua eficiência e eficácia.

O CAE elabora, anualmente, o Relatório do Comitê de Auditoria Estatutário, contendo as seguintes informações: (i) suas atividades, resultados, conclusões e recomendações no período, incluindo análise da eficácia de tais atividades; (ii) avaliação da efetividade dos sistemas de controles internos e gestão de riscos, registrando eventuais deficiências; (iii) descrição das recomendações apresentadas às diretorias, registrando aquelas não acatadas e justificativas para tanto; (iv) avaliação da efetividade do trabalho da empresa de auditoria independente e da Auditoria Interna, verificando, inclusive, o cumprimento da legislação, da regulamentação e das normas internas da Companhia, registrando eventuais deficiências; e (v) avaliação das demonstrações contábeis e financeiras, com ênfase na aplicação das práticas contábeis adotadas no Brasil e no exterior, além do cumprimento de normas editadas por agências reguladoras, registrando as divergências e eventuais deficiências.

2. HISTÓRICO DA COMPOSIÇÃO DO COMITÊ

Criado inicialmente para adequação da Companhia às exigências contidas na Lei *Sarbanes-Oxley – SOX*, que regulamenta a atuação das empresas abertas que possuem ações em negociação na bolsa de valores NYSE dos Estados Unidos, o Comitê de Auditoria, vinculado ao Conselho de Administração, atua desde maio/2005. Com a alteração do Estatuto Social da Companhia, aprovada na 195ª Assembleia Geral Extraordinária de Acionistas, de 07.06.2017, o Colegiado passou a se denominar Comitê de Auditoria Estatutário - CAE.

Em 11.03.2021, com a alteração do Estatuto Social da Copel, aprovada pela 201ª Assembleia Geral Extraordinária de Acionistas, o Comitê de Auditoria Estatutário teve alteração, quando passou a ser permitida a composição entre 03 (três) a 05 (cinco) membros.

Já em 10.07.2023, foi aprovada a reforma estatutária pela 207ª AGE, mantendo a composição do CAE, desde que: (i) a maioria destes se enquadrasse nos critérios de independência da legislação aplicável; (ii) que no mínimo, 01 (um) membro apresentasse experiência profissional reconhecida em assuntos de contabilidade societária, auditoria e finanças, que o caracterize como “especialista financeiro” nos termos da legislação vigente; (iii) que no mínimo 01(um) dos membros fosse integrante do Conselho de Administração; (iv) no mínimo 01(um) do membro externo, escolhido dentre pessoas de mercado de notória experiência e capacidade técnica; (v) que o Coordenador do Comitê fosse membro do Conselho de Administração; (vi) o prazo máximo para exercício do fosse de 10 anos; e (vii) ficasse vedada a participação de diretores da companhia, suas controladas, controladora, coligadas ou sociedades em controle comum, diretas ou indiretas, no Comitê.

Em 2024, o Comitê teve a seguinte composição, eleita para o mandato 2023/2025: Carlos Biedermann (como Coordenador e especialista financeiro), Pedro Franco Sales (eleito como membro na 250ª Reunião Ordinária do Conselho de Administração, para completar o mandato 2023/2025) e Luiz Cláudio Maia Vieira (como membro externo), todos membros independentes, em conformidade com a legislação e regulamentação aplicáveis, e que atendem aos requisitos de independência impostos pela *Securities and Exchange Commission - SEC* e pela *New York Stock Exchange - NYSE*.

Considerando a necessidade do Comitê de Auditoria Estatutário - CAE, para assessoria no desempenho de suas atribuições, um profissional da Companhia é designado como Assessor do CAE da Copel. Desde 06.11.2020, conforme deliberado na 226ª Reunião do CAE, o profissional Adilson Dvulathca (registro 49.438), atua como Assessor do CAE da Copel (Circular-058/2020, de 10.11.2020).

3. RESUMO DAS ATIVIDADES EM 2024

3.1. REUNIÕES REALIZADAS E PRINCIPAIS CARACTERÍSTICAS

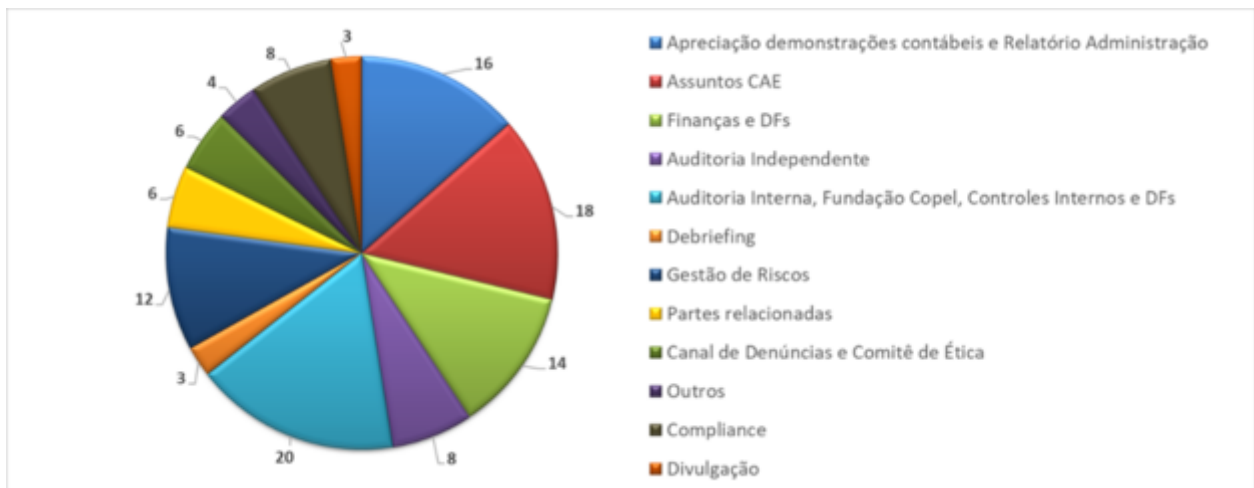
As pautas das reuniões realizadas em 2024 foram baseadas no plano de trabalho, elaborado pelo Comitê de Auditoria Estatutário, que indica os seguintes assuntos para discussão do Colegiado ao longo do ano: apreciação de informações contábeis; auditoria independente; canal de denúncias e Comitê de Ética; capacitação; compliance; contratações/consultorias; controles internos, auditoria interna e DFs; *debriefing*; divulgação; finanças e DFs; gestão de riscos; orçamento; outros assuntos extraordinários (Cibersegurança, calendário anual de reuniões, LGPD e melhoria contínua); partes relacionadas; regimento interno CAE e normativas internas da Copel relativas ao CAE.

No período de 1º de janeiro a 31 de dezembro de 2024, foram realizadas 13 reuniões do Comitê de Auditoria Estatutário da Copel, as quais contemplaram 118 pautas, envolvendo os membros da Diretoria da Companhia, Superintendentes, Auditores Internos e Auditores Independentes.

As deliberações tomadas e as recomendações formuladas pelo CAE foram devidamente formalizadas em atas. Foram relatados, mensalmente, nas reuniões ordinárias do Conselho de Administração - CAD, os principais temas tratados nas reuniões, detalhando as atividades e recomendações dirigidas para as diversas áreas da Companhia e suas subsidiárias integrais, controladas e coligadas, bem como os debates e os resultados dos monitoramentos das atividades dos Auditores Internos e dos Auditores Independentes. Esses relatos foram registrados de forma resumida nas atas do Conselho de Administração.

PAUTAS POR TEMAS:

O resumo do alcance das pautas tratadas pelo CAE da Copel em 2024 pode ser observado no gráfico abaixo:



3.2. AUDITORIA INDEPENDENTE

No decorrer de 2024, foram contempladas, em reuniões do CAE, 8 pautas com participação da Auditoria Independente. Essas pautas abordaram o andamento dos trabalhos da Auditoria Independente para o Formulário 20-F; o planejamento dos trabalhos da Auditoria Independente para 2024; apresentação sobre os trabalhos relativos às Demonstrações Financeiras e de controles internos; a análise dos assuntos significativos endereçados pelo Auditor Independente; o monitoramento de status dos planos de ação e/ou projetos para mitigar as deficiências apontadas pela auditoria independente, ao longo do período de 2024.

O Comitê avalia como satisfatório o volume e a qualidade das informações fornecidas, as quais apoiam sua opinião acerca da adequação e integridade dos sistemas de controles internos e das demonstrações financeiras. Não foram identificadas situações que pudessem afetar a objetividade e a independência dos auditores independentes. Em decorrência, o Comitê de Auditoria Estatutário avalia positivamente a cobertura e a qualidade dos trabalhos realizados pela Auditoria Independente concernentes às demonstrações financeiras do exercício social findo em 31 de dezembro de 2024.

Mensalmente são monitoradas, pelo Comitê, as deliberações tomadas sobre temas relativos à auditoria independente.

3.3. DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS e RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

No decorrer de 2024, as Demonstrações Financeiras e o Relatório da Administração foram apreciados pelo CAE, totalizando 16 pautas, nas quais foram tratadas a análise e recomendação para aprovação do Relatório Anual da Administração e das Demonstrações Financeiras referentes ao exercício de 2023; a revisão preliminar das Demonstrações Financeiras Intermediárias - 1º, 2º e 3º Trimestres de 2024; a Proposta da Diretoria para a Destinação do Lucro Líquido Verificado no Exercício de 2023 e para Pagamento de Participação referente à Integração entre o Capital e o Trabalho e Incentivo à Produtividade.

A análise e recomendação quanto ao Relatório Anual da Administração e das Demonstrações Financeiras referentes ao exercício de 2024, de Proposta da Diretoria para a Destinação do Lucro Líquido e quanto ao Pagamento de Participação referente à Integração entre o Capital e o Trabalho e Incentivo à Produtividade, ocorre na reunião realizada em fevereiro de 2025, após finalizadas as discussões com os Auditores Independentes sobre os resultados dos seus trabalhos, os quais incluem os Principais Assuntos de Auditoria descritos em seu relatório, as conclusões sobre a auditoria das demonstrações financeiras, a discussão das práticas contábeis adotadas, controles internos, legislação societária brasileira, bem como demais normas aplicáveis.

Os membros do Comitê de Auditoria Estatutário, no exercício de suas atribuições e responsabilidades legais, procederam ao exame e análise das Demonstrações Contábeis da Copel (Holding) e consolidado das subsidiárias integrais e controladas, acompanhadas do Relatório dos Auditores Independentes e do Relatório Anual da Administração, relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2024. Considerando todas as análises, estudos e debates realizados no transcorrer das reuniões e dos trabalhos de acompanhamento e supervisão efetuados pelo CAE — anteriormente aqui descritos de forma sumarizada — assim como em razão das informações prestadas pela Administração da Companhia e pela PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes Ltda. (PwC), os membros do Comitê de Auditoria Estatutário julgam que todos os fatos relevantes estão adequadamente divulgados nas Demonstrações Contábeis auditadas relativas a 31.12.2024, no Relatório Anual 2024, recomendando sua aprovação pelo Conselho de Administração.

3.4. AUDITORIA INTERNA

No decorrer de 2024, foram tratadas 11 pautas com a Auditoria Interna, em reuniões do Comitê de Auditoria Estatutário. Nesse período, o Comitê fez o acompanhamento das atividades da Auditoria Interna, verificação de suas recomendações e do Relatório Anual de Atividades da Auditoria Interna - RAINTE 2023; Plano de Trabalho da Auditoria Interna - PAINT 2024; contratação de serviços de consultoria para apoio à Auditoria Interna e teve ciência da avaliação da Auditoria Interna sobre a Gestão de Riscos na Companhia e sobre os trabalhos relativos à Lei *Sarbanes-Oxley* - SOX.

Na 301ª Reunião, de 10.06.2024, a Fundação Copel de Previdência e Assistência Social apresentou informações a respeito dos Planos Previdenciários patrocinados pela Copel e administrados pela Fundação Copel. Adicionalmente, a Fundação Copel apresentou informações na 302ª Reunião, de 09.07.2024 e na 305ª Reunião, de 08.10.2024.

O Comitê avalia como satisfatório o volume e a qualidade das informações fornecidas, as quais apoiam sua opinião acerca da adequação e integridade dos sistemas de controles internos e das demonstrações financeiras. Não foram identificadas situações que pudessem afetar a objetividade e a independência da auditoria interna. Em decorrência, o Comitê de Auditoria Estatutário avalia positivamente a cobertura e a qualidade dos trabalhos realizados pela Auditoria Interna, concernentes às demonstrações financeiras do exercício social findo em 31 de dezembro de 2024.

Mensalmente são monitoradas pelo Colegiado as deliberações tomadas sobre temas relativos à auditoria interna.

3.5. SISTEMAS DE CONTROLES INTERNOS

No decorrer de 2024, foram tratadas 6 pautas sobre controles internos, em reuniões do Comitê de Auditoria Estatutário. Nesse período, o Comitê recebeu reporte dos trabalhos relativos a controles internos; bem como, a atualização do status de auditoria, pela PwC, desses Controles Internos. Na 300ª Reunião, de 07.05.2024, houve a deliberação acerca da revisão da materialidade utilizada pela Administração da Companhia para o estabelecimento de processos corporativos para a análise, revisão e atualização da documentação sobre riscos e controles internos, em atendimento à *Sarbanes-Oxley*.

A metodologia adotada pela Companhia para a análise dos controles internos está em consonância com a estrutura do *Internal Control - Integrated Framework*, definido pelo *Committee of Sponsoring Organizations of the Treadway Commission (COSO)*, e com a *Lei Sarbanes-Oxley - SOx*. A Administração da Companhia é responsável pela implantação de políticas, procedimentos, processos e práticas de controles internos que propiciem a salvaguarda de ativos, o tempestivo reconhecimento de passivos, a aderência às regras e a integridade e precisão das informações. A Auditoria Interna é responsável por aferir o grau de atendimento ou observância, por todas as áreas da Companhia, dos procedimentos e práticas de controles internos e que esses se encontrem em efetiva aplicação.

O CAE também estimulou e validou a criação de instrumentos de controle (Políticas Internas, Normas Administrativas, entre outros) para assegurar o bom andamento das atividades da Companhia, inclusive extensivos a suas empresas controladas e coligadas.

Embora o tema tenha sido tratado em pautas específicas, o assunto permeia os demais itens da pauta de trabalho do órgão, tendo sido intensamente discutido no decorrer do ano pelos membros do CAE. Mensalmente são monitoradas as deliberações tomadas sobre temas relativos a sistemas de controles internos.

3.6. OUVIDORIA E CANAL DE DENÚNCIAS

No decorrer de 2024, foram tratadas, em reuniões do Comitê de Auditoria Estatutário, 6 pautas que trataram do Canal de Denúncias, Comitê de Ética, Código de Conduta e demais temas relacionados. Essas pautas abordaram o monitoramento do Canal de Denúncias e o acompanhamento ao longo do ano, em reuniões específicas, acerca de denúncias recebidas pelo Canal, quando necessário.

Trimestralmente é apresentado ao CAE o acompanhamento do Canal de Denúncias pela diretoria responsável pela área de Compliance e, periodicamente, a Auditoria Interna apresenta as apurações relacionadas às denúncias recebidas.

Mensalmente são monitoradas pelo CAE as deliberações tomadas sobre temas relativos à Ouvidoria e Canal de Denúncias.

3.7. GESTÃO E MONITORAMENTO DE RISCOS

No decorrer de 2024, foram tratadas 12 pautas de Gestão e Monitoramento de Riscos em reuniões do Comitê de Auditoria Estatutário. Essas pautas abordaram o reporte dos trabalhos relativos à gestão de riscos e a revisão dos riscos estratégicos corporativos e das subsidiárias integrais.

O CAE, com o intuito de reforçar a qualidade da gestão de riscos, analisa mensalmente, em pauta específica, um risco estratégico da Companhia. Como exemplo, em 2024 alguns dos riscos analisados em agenda específica foram Proteção de Dados – LGPD, Regulatório, Cibersegurança, Barragens, Inteligência Artificial, Mudanças Climáticas e Comercialização de Energia.

Mensalmente são monitoradas pelo Colegiado as deliberações tomadas sobre temas relativos à gestão e monitoramento de riscos.

3.8. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

O Comitê de Auditoria Estatutário tem como uma de suas atribuições “avaliar e monitorar, trimestralmente ou por ocorrência, em conjunto com a administração e a Auditoria Interna, a adequação das transações com partes relacionadas em conformidade com a política de transação com partes relacionadas e a política de gestão de riscos.”

No decorrer de 2024, foram tratadas 6 pautas envolvendo transações com partes relacionadas, em reuniões do CAE.

Mensalmente são monitoradas pelo órgão as deliberações tomadas sobre temas relativos a transações com partes relacionadas.

3.9. OUTRAS ATIVIDADES

Além das atividades acima mencionadas, o Comitê de Auditoria Estatutário tratou de outras pautas em reuniões periódicas, relacionadas aos assuntos já indicados neste relatório e demais assuntos indicados em plano de trabalho do CAE, os quais são compliance; *debriefing*; divulgação; finanças e DFs; monitoramento das deliberações; orçamento; e regulamentos de independência do CAE. Ainda, os demais assuntos indicados também foram contemplados, quando aplicável, nas demais pautas citadas anteriormente neste relatório.

Na programação para 2024, o Comitê de Auditoria Estatutário discutiu seu plano de trabalho, além de analisar os resultados das avaliações de desempenho do Colegiado.

4. COMUNICAÇÕES DO COMITÊ DE AUDITORIA ESTATUTÁRIO

4.1. CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

O Comitê de Auditoria Estatutário reporta suas atividades mensalmente nas reuniões ordinárias do Conselho de Administração, apresentando os assuntos tratados, seu posicionamento e solicitações realizadas para as diversas áreas da Companhia. Em deliberações específicas, o Comitê de Auditoria Estatutário emite nota ao Conselho de Administração, com seu posicionamento e recomendações.

4.2. ALTA ADMINISTRAÇÃO - DIRETORIA EXECUTIVA E SUPERINTENDENTES

Para todas as reuniões do Comitê de Auditoria Estatutário, as Diretorias envolvidas nos temas a serem discutidos são convidadas e indicam a participação dos Superintendentes das áreas responsáveis pelas pautas a serem tratadas. Além disso, também ocorre das Superintendências, por meio de suas Diretorias, realizarem a proposição de pautas para apresentação no Comitê de Auditoria Estatutário, no que for pertinente às atribuições desse Comitê, principalmente àquelas matérias que serão submetidas para apreciação e deliberação do Conselho de Administração.

5. RECOMENDAÇÕES À DIRETORIA EXECUTIVA

- **Mudanças climáticas**

Os Membros do Comitê de Auditoria Estatutário solicitaram à Diretoria de Governança, Risco e Compliance que os planos de ações referentes às mudanças climáticas que se mantenham atualizados para fazer frente à severidade dos eventos climáticos atuais e os possíveis impactos desses eventos nos negócios da Companhia, e apresentados ao Conselho de Administração da Companhia.

- **Cibersegurança**

Os Membros do Comitê de Auditoria Estatutário solicitaram à auditoria interna da Companhia a inclusão no planejamento das atividades de previsão para criação de teste automatizado para o tema Cibersegurança.

Adicionalmente, por ocasião da apresentação dos resultados dos trabalhos de auditoria interna, os membros do CAE solicitaram detalhamento dos planos de ações referente ao risco de Cibersegurança para a então Diretoria de Gestão Empresarial. O tema atualmente está sob responsabilidade da Vice-Presidência de Estratégia, Novos Negócios e Transformação Digital.

- **Monitoramento de Barragens**

Os Membros do Comitê de Auditoria Estatutário solicitaram à subsidiária integral Copel Geração e Transmissão S.A. que se mantenham atualizadas as ações acerca do monitoramento e segurança de barragens, tendo em vista à severidade dos eventos climáticos atuais e os possíveis impactos desses eventos nos negócios da Companhia.

- **Contratação de serviços de apoio à Auditoria Interna, Controles Internos, Consultoria Contábil e Laudo Atuarial**

O Comitê de Auditoria Estatutário participou do processo de contratação de prestação de serviços para apoiar à Companhia no âmbito da Auditoria Interna, Controles Internos, Consultoria Contábil e emissão de Laudo Atuarial. De acordo com suas atribuições regimentais, o CAE realizou entrevistas técnicas com as empresas concorrentes e emitiu recomendações à administração no âmbito do processo de contratação.

- **Divulgação de informações financeiramente materiais de Sustentabilidade nas Demonstrações Financeiras – IFRS S1 e S2**

Os Membros do Comitê de Auditoria Estatutário solicitaram à administração da Companhia diagnóstico dos procedimentos executados no projeto para divulgação dos temas financeiramente materiais de Sustentabilidade nas Demonstrações Financeiras da Copel (IFRS S1 e S2).

- **Solicitação de informações sobre contratos de auditoria firmados pela Administração**

Os Membros do Comitê de Auditoria Estatutário solicitaram à Auditoria Interna detalhamento dos contratos celebrados pela Companhia junto à firmas de auditoria. No detalhamento, foram observadas informações históricas no período de 2016 a 2023, decorrentes de procedimentos licitatórios. O CAE apresentou suas considerações e recomendações à administração, considerando a nova natureza jurídica da Companhia.

- **Plano Anual de Trabalho da Auditoria Independente**

Os Membros do Comitê de Auditoria Estatutário analisaram o Plano Anual de Trabalho da Auditoria Independente, apresentado pela PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes Ltda. (PwC).

Em dezembro de 2023 foi autorizada a substituição da auditoria independente para a PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes (PwC), que iniciou suas atividades a partir da revisão das informações trimestrais (“ITRs”) do primeiro trimestre do exercício de 2024.

Os Membros do Comitê afirmaram que diversas providências foram solicitadas à Diretoria da Companhia, em especial robustez nos sistemas de controles internos da Copel e de suas Subsidiárias Integrais, acompanhamento e monitoramento das deficiências apontadas pela auditoria externa e recomendações sinalizadas pela auditoria interna e pelas áreas de controles internos e compliance, dentre outras medidas que podem ser evidenciadas nas atas de reuniões deste Comitê.

6. CONCLUSÕES E RECOMENDAÇÃO AO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Os membros do Comitê de Auditoria Estatutário, no exercício de suas atribuições e responsabilidades legais, procederam ao exame e análise das Demonstrações Contábeis da Companhia - Copel (Holding) e consolidado das subsidiárias integrais e controladas, acompanhadas do Relatório dos Auditores Independentes e do Relatório Anual da Administração, relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2024. Considerando todas as análises, estudos e debates realizados no transcorrer das reuniões e dos trabalhos de acompanhamento e supervisão efetuados pelo CAE — anteriormente aqui descritos de forma sumarizada — assim como em razão das informações prestadas pela Administração da Companhia e pela PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes Ltda. (PwC), os membros do Comitê de Auditoria Estatutário julgam que todos os fatos relevantes estão adequadamente divulgados nas Demonstrações Contábeis auditadas relativas a 31.12.2024, no Relatório Anual 2024, recomendando sua aprovação pelo Conselho de Administração.

Curitiba, 26 de fevereiro de 2025.

CARLOS BIEDERMANN

Coordenador e Especialista Financeiro

PEDRO FRANCO SALES

Membro

LUIZ CLAUDIO MAIA VIEIRA

Membro Externo



Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras

Aos Administradores e Acionistas
Copel Comercialização S.A.

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Copel Comercialização S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2024 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia em 31 de dezembro de 2024, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB) (atualmente denominadas pela Fundação IFRS como "normas contábeis IFRS").

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outros assuntos

Auditoria das demonstrações financeiras do período anterior

O exame das demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2023, foi conduzido sob a responsabilidade de outros auditores independentes, que emitiram relatórios de auditoria, com data de 29 de fevereiro de 2024, sem ressalvas.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.



Copel Comercialização S.A.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.

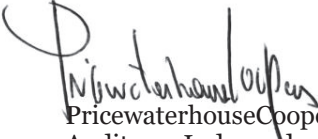


Copel Comercialização S.A.

- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se essas demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

Curitiba, 27 de fevereiro de 2025


PricewaterhouseCoopers
Auditores Independentes Ltda.
CRC 2SP000160/F-6

DocuSigned by:
Guilherme Naves Valle
Signed By: Guilherme Naves Valle 54191158534
CPF: 04429158534
Signing Time: 27 de fevereiro de 2025 18:03 BRT
O: PwC Brasil, OU: Certificado Digital PPA 1
C: BR
Issuer: AC Siqueira e Mello


Guilherme Naves Valle
Contador CRC 1MG070614/O-5



Estas demonstrações financeiras
estão publicadas no site da Copel.
Utilize a câmera do seu smartphone
para ler o código ao lado.

